



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 3/VIII/2005

- 1 - Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e cinco, pelas 21H15, nas instalações da Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sitas na Av^a. da Liberdade, 20, na Trafaria, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de Abril, da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----
 - 1 - Período de Antes da Ordem do Dia.-----
 - 2 - Período Aberto ao Público.-----
 - 3 - Período da Ordem do Dia.-----
 - 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.--
 - 3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre os "Documentos de Prestação de Contas e Inventário Patrimonial do Município e dos SMAS".-----
 - 3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre as "1^{as} Revisões dos Orçamentos e Planos de Investimentos do Município e dos SMAS".-----
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Renovação do Contrato de Concessão das duas Estações de Abastecimento de Combustíveis Sitas na Av^a. Bento Gonçalves".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 - Dos quarenta e quatro Eleitos não se registou qualquer falta.-----
 - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia; Sérgio Taipas; Maria Luísa Ramos; Maria Manuela Pinto Ângelo; Maria da Graça Pessoa; Bruno Dias; Maria de Fátima Mourinho; José Luís Leitão; Vanessa Alexandra Silva; Joaquim do Carmo; José Pedro Noronha; Maria Luísa Almeida Beato; José Joaquim Leitão; Maria José Esteves; Carlos Gouveia Pinto; António Mendonça Mendes; Caetano Rolo; Helena Isabel Simões; Álvaro Costa; Maria Odete Alexandre; José Carlos Simões; Joaquim Correia Curto; Jorge Pedroso de Almeida; António da Visitação Oliveira; Armando de Jesus Barata; Nuno Filipe Matias; Luís Vaz do Nascimento; Bruno Rafael Ribeiro; Luís Camoêças dos Anjos; Fernando Jorge Pena; Luís Artur Gomes; Fernando Mendes; Carlos Leal; Bento Silveira Rações; António Rodrigues Anastácio; António Neves; António Belo; José Manuel Pereira; José Mário Ferreira; Carlos Alberto Mourinho; Maria Manuela Colaço e Luís Filipe Hermenegildo.-----
- 4 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----
 - 4.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Sr. Deputado Municipal Victor Manuel Domingues Barata, com Ausência nos dias 27 e 28 de Abril de 2005, (**Conforme ANEXO I**).-----
 - O Sr. Deputado Municipal Alain Magalhães Pereira, com Ausência nos dias 27 e 28 de Abril de 2005, (**Conforme ANEXO II**).-----
- 4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----
- O Candidato Exm^o. Senhor Carlos Manuel Coelho Revés, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Victor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO III**).-
 - O Candidato Exm^o. Senhor José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Alain Magalhães Pereira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO IV**).-----
- 4.3 - Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais da Acta N.º 2/VIII/2005 e a Minuta da Acta N.º 2/VIII/2005; da Sumula N.º 03/2005 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais); a Informação N.º 2/05 (Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia) e das listagens do registo da correspondência expedida (do n.º 35/VIII/2005 ao n.º 141/VIII/2005) e da correspondência recebida (da Ent. n.º 139/2005 à n.º 317/2005).-----
- 4.4 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal (apresentando Moção sobre Papa João Paulo II); os Srs. Deputados Municipais José Ferreira (apresentando Moção sobre Esquadra do Laranjeiro/Feijó); Luís Gomes (apresentando uma Moção sobre aluno ferido); Fernando Pena (apresentando Moção sobre Torre Velha); Odete Alexandre (apresentando Saudação sobre 25 de Abril); Bruno Dias (apresentando Moção sobre ETARS); Luísa Beato (apresentando Saudação ao 25 de Abril); Pedro Noronha (apresentando Moção sobre Eleições Autárquicas); Luís Hermenegildo (apresentando Moção sobre Acidentes na Curva da Santa - Trafaria); Luísa Ramos (apresentando Moção sobre Aumento dos Transportes); José Joaquim Leitão; Sérgio Taipas; Fernando Pena e Bruno Dias.-----
- 4.4.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----
- "Srs. Deputados Municipais; conforme acordo dos Representantes dos Grupos Municipais, apresento-lhes o seguinte:-----
- VOTO DE PESAR E RECONHECIMENTO**-----
- Faleceu no passado dia 2 de Abril, Sua Santidade o Papa João Paulo II.-----
- Por todo o mundo muitos milhões de pessoas, crentes e não crentes, curvaram-se respeitosamente perante o comovente desaparecimento de um Papa, de um líder mundial e de um Homem que protagonizou a convivência e o diálogo entre religiões e povos, que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

defendeu persistentemente a paz, que pregou incansavelmente o direito de todo o ser humano a uma vida com dignidade.-----

Nos vinte e oito anos de pontificado de João Paulo II é de destacar a forte personalidade, a extraordinária fé, a dignidade e a coragem, a sua voz e o exemplo empenhado, o exercício de um magistério de influência e de esperança, em que crentes e não crentes se sentiam parte e acompanhavam, nas suas palavras e viagens, a sua visão universal, as mensagens de paz e de diálogo entre os homens, que influenciaram toda a humanidade.-----

Num mundo conturbado e desequilibrado, em crise de valores humanistas, de grandes injustiças sociais, do aumento da pobreza, dos conflitos regionais e da guerra, a voz empenhada do Papa com a sua magnífica humanidade foi exemplo de liderança nos caminhos da paz e da igualdade.-----

A força, o empenho e a bondade do Papa tem que sobreviver na memória dos Homens de hoje e de amanhã para que todos se responsabilizem na construção de um mundo melhor – um mundo sem pobreza, justo, fraterno e solidário.-----

Exaltando a proclamação do Papa “Nunca mais à guerra”, “Nunca mais Hiroxima”, “Nunca mais Auschwitz”, para que seja a estrela iluminadora da humanidade.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária no dia 27 de Abril de 2005, por ocasião do falecimento do Papa João Paulo II, delibera:-----

- 1 - Manifestar o mais profundo pesar, respeito e solidariedade para com a Comunidade Católica do Concelho de Almada, e juntar-se ao sentimento de perda da Comunidade Almadense.-----
- 2 - Apresentar as mais sentidas condolências a Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa D. José Policarpo e Sua Eminência o Bispo de Setúbal D. Gilberto Canavarro."-

4.4.2 - O Sr. Deputado Municipal José Ferreira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO / DELIBERAÇÃO-----

(Sobre a Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó)-----

Após mais de 15 anos de esforços para a construção da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó, através de variadíssimas reuniões da Câmara Municipal e demais Órgãos Autárquicos com Ministros e Secretários de Estado; de tomadas de posição unânimes da Assembleia Municipal, de Juntas e Assembleias de Freguesia; de pareceres do Conselho Municipal de Segurança; de muitas manifestações das populações; da doação de terreno pelo Município e da inauguração das instalações; a Esquadra continua a não funcionar de forma a proporcionar a segurança devida e necessária aos mais de 43.000 cidadãos da sua área de influência.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Esquadra, ou mais propriamente as suas instalações, foi inaugurada com toda a "pompa e circunstância" no passado dia 1 de Fevereiro pelo Senhor Ministro da Administração Interna que proferiu uma interessante e aplaudida intervenção na presença de muitos policiais, designadamente dos Comandos nacional, distrital e local, de muitos convidados de várias instituições e organizações locais, de muitos cidadãos e de numerosos órgãos de comunicação social local, regional e nacional.-----

No entanto, parece que tudo não passou de uma encenação para Cidadão convencer, e hoje – passados que são 3 meses – a Esquadra continua a não ter os 65 efectivos determinados pela Portaria nº 250/2005 (2ª Série) de 31/01/2005 do Ministro da Administração Interna para produzir efeitos desde o dia 1 de Fevereiro de 2005 e publicada no Diário da República – II Série, Nº 42 de 1 de Março de 2005 a página 3049, nem tem os 42 polícias anunciados publicamente pelo Ministro no acto de inauguração da esquadra e que entravam de imediato em funções, mas apenas 2 ou 3 polícias para as 24 horas do dia, ainda por cima desviados sem substituição de outros dispositivos policiais da Divisão de Almada da PSP.-----

E assim continua a novela cómico-dramática da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó, com efeitos muito negativos na qualidade de vida dos Cidadãos, na credibilidade das Forças de Segurança e na imagem do Estado no respeito pelos princípios do Estado de direito democrático, em particular do Governo que deve respeitar pelo menos a legislação que ele próprio aprova.-----

Importa a propósito dar nota da Portaria assinada pelo Ministro da Administração Interna, nº 250/2005 e publicada no Diário da República – II Série Nº 42, que refere:-----

Nestes termos e ao abrigo do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária no dia 27 de Abril de 2005, delibera:-----

1. – Exigir celeridade na colocação do número necessário e adequado de polícias na Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó e o seu efectivo funcionamento em cumprimento da Portaria nº 250/2005 do Ministro da Administração Interna.-----
2. – Reafirmar a necessidade das Forças de Segurança no Concelho de Almada (PSP e GNR) serem reforçadas em meios operacionais e em agentes para que seja atingido o rácio considerado como adequado a nível nacional de 3 polícias por cada mil habitantes. De referir que no Concelho de Almada o rácio existente não chega a dois elementos para cada mil habitantes. Dois elementos da PSP e GNR.-----
3. – Manifestar apreço aos homens e mulheres que servindo a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Marítima, servem os cidadãos do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Concelho de Almada, e que em condições deficientes e insuficientes têm desempenhado com alto mérito a missão das Forças de Segurança e melhorado continuamente o seu relacionamento com a comunidade."-----

4.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Luís Gomes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO-----

No passado dia 11 de Abril, no recinto da Escola Secundária Francisco Simões, no Laranjeiro, um aluno do 11º ano, turma A, foi ferido com uma navalha por um indivíduo jovem, que se introduziu nas instalações da escola, à revelia do responsável pela vigilância. O jovem atingido resistiu a uma tentativa de furto de um telemóvel por parte do agressor, de cerca de 23 anos, que reagiu golpeando-o nas costas e num dos braços.-----

O jovem ferido seria mais tarde assistido no Hospital Garcia de Orta, sendo o autor da agressão detido no mesmo dia e presente a tribunal, encontrando-se preso.-----

Este incidente surge no culminar de um conjunto de ocorrências que se têm verificado ao longo do presente ano lectivo neste estabelecimento de ensino – no próprio recinto da escola e nas suas imediações – tais como roubos de telemóveis, que são acompanhados geralmente, por ameaças físicas aos alunos.-----

Face à gravidade dos acontecimentos, um grupo de alunos (colegas da turma do jovem ferido) dirigiu-se ao Conselho Directivo Provisório (CDP) para alertar os responsáveis perante o crescente clima de tensão e medo que se gerou desde então, entre os alunos e os restantes elementos da comunidade escolar. O grupo exigiu que os responsáveis escolares tomassem providências para que tais acontecimentos não voltassem a repetir-se. O presidente do CDP assegurou que iria proceder no sentido de ser colocado arame farpado sobre a vedação da escola. Esta medida foi avançada pelo responsável do CDP já que se presumiu que o indivíduo agressor teria entrado no recinto saltando a vedação pelas traseiras da escola.-----

Os alunos consideraram esta medida insuficiente para prevenir novos incidentes e insatisfeitos com a solução sugerida pelo CDP, decidiram promover um protesto frente às instalações da escola.-----

Esta acção, que viria a ter lugar no dia 18 de Abril, contou com o apoio da Associação de Estudantes e da Comissão de Pais e Encarregados de Educação.-----

Os alunos que se dirigiram à escola nesse dia, foram sensibilizados pelo grupo que promoveu o protesto, aderindo de imediato à iniciativa. Algumas centenas de jovens e alguns pais permaneceram durante todo o dia, em protesto, nas imediações da escola.-----

As autoridades chamadas ao local para acompanhar os protestos, não interferiram em qualquer dos momentos desta iniciativa.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Os acontecimentos foram noticiados em vários órgãos de Comunicação Social locais e nacionais.-----

É do conhecimento público que acontecimentos como este têm lugar nos estabelecimentos de ensino do concelho de Almada, com uma frequência tal que motiva grande preocupação na Comunidade Escolar, professores, alunos, pais e encarregados de educação, auxiliares de ensino, entre outros.-----

Neste sentido a Assembleia Municipal de Almada reunida a 27 de Abril de 2005 apela para que sejam tomadas com urgência medidas concretas por parte das entidades competentes, a nível educativo e de segurança - tuteladas pelos Ministérios da Educação e da Administração Interna – para que os jovens do concelho de Almada possam prosseguir a sua aprendizagem escolar com a garantia de condições de segurança."-----

4.4.4 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO-----

RECUPERAÇÃO URGENTE DA TORRE VELHA-----

A Torre de S. Sebastião (Torre Velha) é uma fortaleza do século XV localizada entre as enseadas de Porto Brandão e da Paulina, mandada edificar por D. João II no lugar do antigo Forte da Caparica, para, em conjunto com a Torre de Cascais, promover a defesa da entrada do rio.-----

O seu nome data de 1570, quando a torre foi reedificada. Entre 1580 e 1640 foi conhecida como Torre dos Castelhanos, sofrendo alterações estruturais durante a dinastia filipina. A designação Torre Velha foi adoptada pelo povo, em oposição à mais recente Torre de Belém. Viria, nos séculos XVII e XVIII, a sofrer algumas transformações e acrescentamentos, sendo utilizada, no século XIX, como lazareto e, posteriormente, como mero depósito e alojamento.-----

De acordo com o IPPAR, «a Fortaleza da Torre Velha é um dos mais importantes exemplares da arquitectura militar renascentista portuguesa, uma vez que foi dos primeiros sistemas integrados de artilharia para defesa da barra de um estuário desenvolvidos em Portugal». É, aliás, quatro décadas anterior ao instalado no rio Tamisa e muito considerado pela população e pelas autoridades londrinas.-----

Segundo Raul Pereira de Sousa, um profundo conhecedor da história de Almada, a torre é um dos mais notáveis monumentos militares do Estuário do Tejo e a mais antiga fortificação marítima portuguesa. Conserva da construção inicial ainda importantes elementos.-----

O monumento nacional, assim homologado em 1996, permanece esquecido, ameaçado por graves problemas de estabilidade e sem qualquer estudo arqueológico. O seu estado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de abandono é indecoroso e resulta da incúria das entidades públicas com competência para resolver e denunciar o problema.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27 de Abril de 2005, face ao elevado interesse deste património, recomenda:-----

1. à Câmara Municipal de Almada, a realização imediata de um estudo arqueológico da Torre de S. Sebastião e a apresentação de um projecto de recuperação do imóvel e de requalificação de toda a zona;-----
2. ao Governo, o cumprimento dos deveres do Estado de preservação do património histórico, promovendo os mecanismos necessários à recuperação deste monumento."--

4.4.5 - A Sr^a. Deputada Municipal Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

VOTO DE SAUDAÇÃO-----

(SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL)-----

Estas datas comemorativas têm o condão de rebuscar no mais íntimo das nossas memórias e trazer à superfície dores e mágoas, alegrias e exaltações que vivemos em épocas das nossas vidas demasiadamente marcantes.-----

Em Outubro de 1969, iniciávamos alguns de nós, a vida profissional e um percurso de cidadania e preparavam-se simultaneamente as eleições para a Assembleia Nacional de 1969, com as expectativas e as promessas do marcelismo a fazer caminho ...-----

E é nessa época que circulavam quase clandestinamente os Manifestos Eleitorais da Oposição que, no distrito de Castelo Branco fora redigido e subscrito por democratas como António Alçada Batista, Domingos Megre, José Rabaça e Manuel João Vieira e que dizia assim:-----

"Porque no fundo se trata de saber se aceitamos ou recusamos a responsabilidade de fazer com que, na comunidade que todos constituímos, o homem viva com a dignidade e a liberdade para que foi criado e a que tem direito."-----

Há gente a quem a liberdade deve, e a quem nós devemos muito, mesmo sem termos consciência imediata de tal.-----

Trata-se de gente que ousou saber perspectivar para além do medo, do risco, da obscuridade, sem temer pôr em causa a sua própria liberdade.-----

Trata-se de gente corajosa, com rasgo de alma, porque seguiu determinadamente esse sonho de ver um dia o seu país livre e democrático não apenas para si mas para todos.----

A força das convicções não permitiu a muitos portugueses anónimos que se resignassem, que abdicassem, que capitulassem. Muitos acautelaram-se, mas não se vergaram.-----

"Mas havia o medo, o medo presente, constante, ameaçador, aquele receio de falar, o pavor da denúncia. O medo do dia seguinte, do futuro, o medo pelo futuro dos filhos...----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Havia o temor que nos levava a olhar por cima do ombro em busca de ouvidos indiscretos demasiado próximos das nossas palavras.-----

Havia a troca de olhares, sem se saber bem se era por mero acaso ou por qualquer desígnio oculto...-----

Podia ser qualquer um, naquela rua, naquele café!"-----

No final do Manifesto escrevia-se *"O medo, a desconfiança e a solidão incapacitam-nos de funcionar com inteligência e eficácia. (...) Todos vamos ser julgados. Nossos filhos e netos, que é, no fundo, o julgamento da história, pedir-nos-ão contas do País que lhe deixámos. Eles ficarão a saber que à volta da nossa candidatura, alguns de nós puseram os olhos no seu julgamento e souberam correr o risco de dizer Não.*-----

É pouco, muito pouco, mas pode ser que isso prepare o dia em que uma nação inteira pode dizer livremente o seu SIM e o seu NÃO."-----

E foi assim que aconteceu Abril.-----

Honra e glória a todos os portugueses que com o seu esforço foram capazes de afrontar um poder que mascarava os actos eleitorais com um breve tempo de debate dos problemas da sociedade portuguesa, um sopro de liberdade que logo se esfumava na repressão e na eliminação pura e simples dos direitos elementares.-----

Honra e glória a todos os portugueses que com a sua coragem e confiança foram capazes de dar alento aos que finalmente executaram o grande sonho de toda uma Nação.-----

Honra e glória a todos os portugueses que com a sua inteligência e vontade foram capazes de construir o Portugal livre que hoje somos.-----

Honra e glória a todos os portugueses que com o seu trabalho e dedicação têm vindo a aperfeiçoar e a corrigir os muitos desequilíbrios e assimetrias de que a sociedade portuguesa ainda hoje padece, e que são capazes de conquistar as novas gerações para os desafios de um processo que não se esgotou na memória romântica de um evento, antes se renova cada dia.-----

Viva o 25 de Abril de 1974"-----

4.4.6 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO / DELIBERAÇÃO-----

(Moção/Deliberação De protesto face à injustiça e discriminação no processo de candidatura ao Fundo de Coesão do "Sistema Integrado de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Município de Almada")-----

Almada é hoje, e desde há vários anos, um dos municípios portugueses com maior cobertura ao nível do saneamento básico, com valores que atingem agora os 100%. Este investimento, e este esforço financeiro municipal, foram e são determinantes para um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

concelho de efectivo desenvolvimento sustentável, na defesa e promoção do ambiente e da qualidade de vida.-----

No início da década de noventa, Almada construiu a sua primeira Estação de Tratamento de Águas Residuais, tendo obtido do FEDER cerca de 60% do investimento.-----

O caminho deste Município prosseguiu no sentido da qualificação da sua rede de saneamento básico, e em 20 de Fevereiro de 1997, avançou para a formalização de duas candidaturas ao Fundo de Coesão, junto do Gabinete do Programa Ambiente. Tais candidaturas eram referentes aos empreendimentos “Obras Terminais da Bacia de Almada – Emissários e ETAR” e “Obras Terminais da Bacia da Costa/Trafaria – Emissários e ETAR”, tendo em vista a conclusão do referido sistema.-----

Desde o início, e apesar das sucessivas solicitações, por parte do Poder Central ao Município de Almada, de esclarecimentos, informações suplementares, alterações aos processos, etc., todos os indicadores apontavam para a efectiva viabilidade dos projectos em causa, relativamente aos apoios comunitários no âmbito do cofinanciamento pelo Fundo de Coesão.-----

Impõe-se a este propósito recordar a garantia dada pelo então Ministro do Ambiente em Dezembro de 1999, em reunião com presidentes de câmara da Península de Setúbal, quanto à consideração das novas Estações de Tratamento de Águas Residuais de Almada no Fundo de Coesão.-----

Na sequência dos contactos realizados entre o Município e o Governo, e a pedido deste, foi apresentada nova reformulação das respectivas candidaturas ao Fundo de Coesão, respectivamente em relação à Bacia de Almada em Janeiro de 2000 e à Bacia da Costa/Trafaria em Março de 2000.-----

No entanto, precisamente quinze dias após a entrega, pela Câmara Municipal, da reformulação da candidatura solicitada pelo Governo, este procede, junto da Comissão Europeia, à suspensão dessa mesma candidatura, sem dar conhecimento ao Município de Almada.-----

A suspensão foi solicitada pelo Gabinete do Programa Ambiente em Fevereiro de 2000, confirmada pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional em Setembro de 2000, e foi ocultada ao Município durante mais de dois anos – tendo sido apenas comunicada em Agosto de 2002, já com outro Governo em exercício de funções.-----

De resto, já desde Agosto de 1999, e até Outubro de 2001 (ao longo de dois anos, dois meses e sete dias), nenhuma comunicação, nenhuma informação, nenhum ofício foi enviado pelo Governo à Câmara Municipal de Almada relativamente aos processos destas candidaturas.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Durante esse período, o Município não obteve resposta a nenhum dos contactos e diligências que efectuou junto do Governo. A única excepção foi o ofício do Ministério do Planeamento, de 7 de Agosto de 2000, em resposta à documentação enviada pela Câmara, informando que essa documentação havia sido enviada ... para o Ministério do Ambiente.-----

Tal ausência de contacto da parte do Poder Central, numa situação particularmente esclarecedora, verificou-se igualmente face à celebração do contrato, com visto do Tribunal de Contas, para a construção da obra adjudicada.-----

Nessa altura, a Câmara Municipal de Almada (que, recorde-se, nada conhecia acerca da suspensão da candidatura junto da Comissão Europeia) informou o então Ministro do Ambiente sobre a evolução do processo, solicitando a sua intervenção no cumprimento dos compromissos assumidos. O Governo não emitiu qualquer resposta.-----

Só ao fim de mais de um ano, em 30 de Outubro de 2001 o Gabinete do Programa Ambiente, confrontado com a documentação completa dos processos em causa – incluindo facturas, recibos e cópias de cheques – acabou por se dirigir à Câmara Municipal, nada menos que para devolver a documentação; vindo a sugerir, em Novembro, a reformulação mais uma dos processos numa só candidatura.-----

Entretanto, quase cinco anos haviam passado desde a apresentação inicial pelo Município de Almada, das candidaturas aos fundos comunitários, sem que o Poder Central tomasse as medidas necessárias – pelo contrário – com vista à captação, para Almada e para Portugal, das verbas em causa nestes projectos.-----

É da mais elementar justiça reconhecer que o Município de Almada, em todos os momentos e em todas as circunstâncias, desenvolveu todos os esforços necessários e todas as diligências solicitadas ou recomendadas pelas entidades governamentais e comunitárias neste processo.-----

Exemplo disso mesmo foi a elaboração e entrega, de modo expedito e sistemático, das sucessivas reformulações e estudos pedidos em 2002 e 2003-----

– o primeiro estudo de viabilidade financeira, recomendado pelo Governo e entregue em Janeiro de 2002;-----

– a primeira reformulação da candidatura, solicitada pelo Governo e entregue em Julho de 2002;-----

– a segunda reformulação da candidatura, solicitada pelo Governo e entregue em Outubro de 2002;-----

– a terceira reformulação da candidatura, solicitada pelo Governo e entregue em Maio de 2003;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

– a quarta reformulação da candidatura, solicitada pelo Governo e entregue em Agosto de 2003;-----

– e a quinta reformulação da candidatura, solicitada pelo Governo e entregue em Setembro de 2003.-----

Entretanto, em 27 de Fevereiro de 2003, esta Assembleia Municipal havia já tomado posição face às evoluções deste processo, insurgindo-se contra o reiterado bloqueio de que as candidaturas do 'Município de Almada vinham sendo objecto. Nesse sentido, foi aprovada a moção aí apresentada, deliberando:-----

«1. Exigir da Administração Central a aplicação do princípio de igualdade de tratamento na condução do processo de candidaturas aos fundos comunitários;-----

«2. Apelar ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente o urgente desbloqueamento dos apoios financeiros às Obras Terminais das Bacias de Almada e Costa/Trafaria – ETAR's da Mutela, Portinho da Costa e respectivos emissários».-----

Só em Janeiro de 2004, o processo relativo ao “Sistema Integrado de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Município de Almada” foi enviado para a Comissão Europeia, que respondeu três semanas depois.-----

A Comissão Europeia, por seu turno, informava na sua comunicação que não seria possível activar uma candidatura suspensa (pelo Governo) três anos antes, e que não seriam sequer consideradas para cofinanciamento as obras que estivessem concluídas no terreno. Assim se podia concluir que o Município de Almada era penalizado por ter feito a obra, em vez de a paralisar – como havia feito o Poder Central em relação ao processo.-----

Ao cabo de sucessivos pedidos de informações, esclarecimentos, aditamentos e preenchimentos, por parte de organismos do Estado, todos eles respondidos em tempo útil pela Câmara Municipal, a Comissão Europeia acabaria por declarar que a candidatura de Almada não poderá beneficiar do financiamento comunitário do Fundo de Coesão, confirmando as piores preocupações do Município.-----

Tal decisão da Comissão Europeia é reiterada no seu ofício de 24 de Fevereiro de 2005 – oito anos depois do início deste processo. Percorridos os canais oficiais e os trâmites processuais entre a União Europeia, o Governo Português e o Município de Almada, foi já durante o corrente mês de Abril que este concelho tomou conhecimento da resposta final da Comissão Europeia, informando que “não atribui qualquer comparticipação do Fundo de Coesão a um projecto já concluído fisicamente”.-----

Já considerávamos que seria injusto e insuficiente que um investimento de 29.685.127 euros neste domínio tivesse um cofinanciamento de apenas 32,06% (i.e. correspondente a uma verba de 9.517.052), sendo repito 32,06%, sendo que muitas outras obras deste tipo pelo país fora têm muitas vezes a fundo perdido uma comparticipação de 85% num



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quadro em que seria legitimamente expectável um valor superior a esse. No entanto, a situação que agora se coloca a Almada, aos Almadenses e ao Poder Local do Concelho, assume uma gravidade absolutamente clamorosa e inaceitável.-----

Assim, e face aos considerandos expostos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária na Trataria, em 27 de Abril de 2005,-----

1. Manifestar o seu veemente protesto e indignação face ao prejuízo, à injustiça e à discriminação de que o Concelho de Almada foi alvo, ao longo de oito anos, no âmbito do processo relativo ao "Sistema Integrado de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Município de Almada";-----
2. Apoiar as iniciativas da Câmara Municipal de Almada junto dos órgãos de soberania, das instituições e das entidades competentes, com vista ao cabal apuramento de responsabilidades no âmbito deste processo, e à compensação ao Concelho de Almada pelos prejuízos causados."-----

4.4.7 - A Sr^a. Deputada Municipal Luísa Beato:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO-----

E em Portugal passou a dividir-se o tempo no-----

"antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril"-----

"25 de Abril, uma data que é preciso saudar e comemorar"-----

Saudar Abril é, antes de mais, saudar os militares que, com coragem, determinação e patriotismo o tornaram possível.-----

Saudar Abril é dizer um sentido obrigado a todos os que, ao longo de décadas, arriscando a sua própria liberdade e muitas vezes a própria vida, interpretaram e mobilizaram vontades, mantiveram clandestinamente informação não censurada, que resistiram, que nunca deixaram de lutar e por isso de acreditar que os ventos da liberdade seriam, um dia, suficientemente fortes para derrubar um regime de opressão e obscurantismo, autista e fechado ao mundo e à evolução dos tempos e da história.-----

Saudar Abril é reconhecer o papel de um povo que, contrariando as ordens dos militares, saiu à rua, numa explosão de alegria e emoção, consagrando a acção militar, tornando-a irreversível, sonhando individual e colectivamente, exigindo a libertação imediata dos presos políticos, o reconhecimento dos mais elementares direitos de cidadania, o fim da guerra colonial e o reconhecimento dos povos à auto-determinação e independência.-----

Comemorar Abril é partilhar, nomeadamente com aqueles que já nasceram no pós 25 de Abril, a história desses tempos apaixonantes, não para saudosamente recordar mas para manter bem abertas as "portas que Abril abriu", ampliando-as no sentido do futuro e da modernidade.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Uma prática política transparente, de trabalho, rigor, e liberdade no respeito pela vontade livremente expressa.-----
 - Uma prática de justiça e fraternidade, de exigência de igualdade de direitos políticos, sociais e culturais, de abertura ao mundo, no respeito pelas minorias e pela diferença.--
- Comemorar Abril é dar testemunho de persistência na luta por aquilo que consideramos justo, é exercer os nossos direitos de cidadania em todos os fóruns da nossa vida colectiva, é não deixar que a desilusão por sonhos adiados, por derrotas ou recuos, nos faça cruzar os braços!"-----

4.4.8 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Noronha:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

(ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS)-----

Aproxima-se um acto eleitoral da maior importância: as eleições autárquicas.-----

A importância de quaisquer eleições está patente nos cuidados que o legislador pôs não só na regulamentação das campanhas eleitorais mas também na obrigatoriedade daquele hiato entre o fim das campanhas e o próprio acto eleitoral: o chamado período de reflexão. É durante aquele primeiro período de confrontação de tendências, que o eleitor indeciso sofre o turbilhão dos discursos inflamados dos políticos, dos debates acesos dos candidatos, do discurso de inteligência dos comentaristas, das palavras, dos sons e das imagens com que cada um dos protagonistas desse fenómeno social procura esclarecer ou confundir os eleitores.-----

As eleições autárquicas são tendencialmente aquelas em que o eleitor mais probabilidades terá de fazer uma opção consciente, visto terem por objecto as instituições que mais próximas estão do cidadão votante (freguesias, e órgãos municipais) e que serão chamadas a resolver os problemas da freguesia e do concelho que o cidadão sente e sofre no dia a dia.-----

Uma boa parte dos eleitores conhecerá alguns dos candidatos que fazem parte das listas e terá, pelo menos, a experiência da gestão dos órgãos cessantes, indicador precioso para manter ou mudar a agulha conforme lhe tenha agradado ou não a actuação dos eleitos.---

Não deixa, ainda assim, de ser considerável o esforço do eleitor para formar uma opinião criteriosa: ele terá que ler os jornais, ouvir as notícias, assistir aos debates, terá que ler a propaganda dos partidos, ver os cartazes, comparar os programas eleitorais das forças políticas concorrentes; terá que fazer uma análise retrospectiva para distinguir as forças políticas que cumprem os seus programas daquelas para quem as promessas eleitorais são pura demagogia.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Este labor intelectual do eleitor, exacerbado pela aproximação do momento eleitoral, tem o seu ponto alto no referido período de reflexão com que o legislador silenciou a algazarra político-partidária própria do período da campanha, precisamente para que o cidadão possa concentrar-se e, em consciência, decidir como votar.-----

Vêm estas considerações a propósito da ventilada intenção dos nossos governantes de fazer coincidir na mesma data as eleições autárquicas e o referendo sobre a constituição europeia.-----

Não cabe agora apreciar este documento; o que importa para já – o que é urgente – é reconhecer que a gravidade e a complexidade de consequências que necessariamente terá a submissão do nosso Estado (nomeadamente a subordinação da nossa Constituição) a um centro de decisão supranacional, é matéria que exige um profundo esclarecimento do nosso povo e um debate público sério e consequente.-----

A evidentíssima importância desta questão e o seu significado para o futuro da União Europeia e para o futuro de Portugal, exigem a viva, esclarecida, séria e soberana participação do povo português que permita que cada cidadão possa pronunciar-se democraticamente sobre o que efectivamente está em causa, ou seja, sobre as reais consequências dos dois resultados possíveis: a vitória do sim ou a vitória do não.-----

O que exige, por um lado, uma campanha de informação e, por parte dos eleitores, uma maturação e uma reflexão impossíveis de se alcançar no agitado período pré-eleitoral.-----

Fazer coincidir o acto de eleições autárquicas com a realização dum referendo sobre a constituição europeia, constituiria uma intolerável perversão atentatória dos valores democráticos e representaria uma inqualificável falta de respeito pelo povo português.-----

Em consideração do que, a Assembleia Municipal de Almada, na sua sessão ordinária de 27 de Abril de 2005 delibera:-----

1. Exortar o Governo e o Sr. Presidente da República a não permitirem a realização dum referendo no mesmo dia em que tenham lugar as eleições autárquicas;-----
2. Exigir que a realização dum referendo sobre a constituição europeia seja antecedida de mecanismos (que o poder central deverá garantir) de amplo esclarecimento e de debate públicos."-----

4.4.9 - O Sr. Deputado Municipal Luís Hermenegildo:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Antes de mais gostaria de apresentar aqui a enorme satisfação que a Junta de Freguesia e a população da Trafaria sente por ver aqui reunida a Assembleia Municipal nestas instalações da Sociedade Recreativa Musical Trafariense e na nossa Freguesia, numa semana marcada por uma intensa actividade democrática que começou com as comemorações do 25 de Abril e termina com a Assembleia de Freguesia tendo antes,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tendo pelo meio, para além da Assembleia Municipal, uma reunião do Fórum de Participação do Projecto de Desenvolvimento da Trafaria. O meu pedido de palavra tem a ver com uma Moção que eu gostaria de deixar à vossa reflexão.-----

MOÇÃO / DELIBERAÇÃO-----

(ACIDENTES NA ESTRADA EN 377/1 NA TRAFARIA)-----

- I. Considerando que a EN 377/1 é a única via que permite o acesso de veículos pesados às instalações da Silopor, situação que origina um intenso tráfego de veículos pesados numa estrada que não está dimensionada para este tipo de veículos;-----
- II. Considerando que se têm verificado nesta estrada vários acidentes, os mais graves envolvendo os veículos pesados de mercadoria que se deslocam para os silos;-----
- III. Considerando que, no passado dia 18 de Abril, ocorreu nesta estrada mais outro acidente de que resultaram onze feridos, dos quais dois foram considerados graves; -
- IV. Considerando que a via de ligação do IC20 à Trafaria foi pensada e iniciada a sua construção com a perspectiva de desviar o trânsito de pesados da EN 377/1 e que as obras foram interrompidas inexplicavelmente em 1995;-----
- V. Considerando que a população da Trafaria aguarda desde 1995 a conclusão da ligação do nó de Pêra à Trafaria, obra considerada indispensável nas acessibilidades não só à freguesia, como ao Concelho e Região por integrar a Circular Regional Interna da Península de Setúbal;-----
- VII. Considerando que a conclusão desta via tem sido uma reivindicação do Poder Local, tendo a Câmara Municipal de Almada, a Junta e a Assembleia de Freguesia da Trafaria destacado por diversas formas a sua necessidade e a Assembleia Municipal aprovado várias deliberações (26/09,12/11 de 2002; 22/09 de 2003; 24/09 de 2004) solicitando ao Governo Central a sua inclusão em OE/PIDDAC, o que tem acontecido de forma irregular;-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Reunião Plenária na Trafaria a 27 de Abril de 2005:-----

- >> Reconhecendo embora as preocupações com questões ambientais, considera determinante o respeito pela vida humana e o bem-estar das populações;-----
- >> Solicita ao Governo que seja analisada a situação com carácter de urgência por forma a encontrar e implementar, no mais curto prazo, uma solução que viabilize a ligação segura entre o nó de Pêra e a Trafaria;-----
- >> Considera ainda que o arrastar da situação pelas Autoridades Centrais acarreta responsabilidades das mesmas nos danos sofridos pelos cidadãos acidentados."-----

4.4.10 - A Sr^a. Deputada Municipal Luísa Ramos:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO / DELIBERAÇÃO-----

(CONTRA O AUMENTO DOS TRANSPORTES)-----

As empresas privadas de transportes públicos de passageiros, poucos dias após a tomada de posse do novo Governo, voltaram a ameaçar acabar com o passe social nas carreiras da Rodoviária de Lisboa, TST, Vimeca e Scotturb, a partir de 1 de Maio.-----

Pretexto – urgência do diploma para definir a contratualização do transporte público.-----

Este tipo de chantagem tinha resultado nos governos da anterior maioria e, em menos de 3 anos, os vários títulos de transportes sofreram aumentos muito significativos. E voltou a resultar. O Governo do PS, num atitude de cedência, veio de imediato anunciar o aumento médio de 3,7 % a partir do dia 1 de Maio, inclusivé – qual prenda aos trabalhadores ...----

Se tivermos em conta a taxa de inflacção prevista para 2005, de 2,2 %, a contenção salarial que provoca a diminuição do poder de compra dos salários dos trabalhadores, estes 3,7 % de aumento nos transportes vão castigar ainda mais os já magros orçamentos dos utentes e das suas famílias.-----

Acresce que para as populações da margem sul os custos com os transportes públicos são mais elevados do que os da margem norte. Veja-se a escandalosa diferença de preço por Km, aplicado pela Fertagus e praticado pela CP.-----

Cabe ainda recordar que Portugal é o País da União Europeia onde os utentes pagam a maior percentagem dos custos dos transportes públicos com o preço dos bilhetes e passes sociais, apesar de terem os salários mais baixos da União.-----

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Reunião Ordinária no dia 27 de Abril de 2005, decide:-----

1.º Repudiar o aumento dos transportes públicos anunciados pelo Governo para vigorar a partir de 1 de Maio, inclusivé.-----

2.º Reivindicar junto dos Grupos Parlamentares da AR a criação de um verdadeiro passe social intermodal que abranja todos os transportes públicos colectivos da Área Metropolitana de Lisboa, incluindo a Fertagus."-----

4.4.11 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Uso a palavra para me pronunciar sobre o conjunto de textos apresentados neste período dos nossos trabalhos. Penso que há uma generalidade de textos que reúne o consenso e não justifica que percamos muito tempo a analisa-los uma vez que o consenso já foi conseguido à partida, mas eu penso que relativamente a alguns deles vale a pena dizer alguma coisa. E gostava de chamar a atenção dos Srs. Deputados Municipais para que o que se diz, como se diz é para que se diz, são aspectos que não são completamente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

expedientes nestas questões da comunicação. De facto há objectividade relativamente aos dois primeiros parâmetros que referi, o que se diz, como se diz, agora para que se diz obviamente que caberá a cada um de nós a sua interpretação e o PS obviamente não prescinde do seu direito de interpretar as intenções de quem apresentou os textos e sobre essa análise fundamentar uma decisão de voto. Penso que uma Assembleia Municipal como a de Almada tem obviamente que manter com o Poder Central uma situação de alguma tensão e reivindicação para cumprir as suas obrigações de bem representar os munícipes do Concelho. No entanto, os objectivos dos textos e portanto do modo como se apresentam as questões, são obviamente distintas, e eu vou-me pronunciar sobre quatro textos apresentados pela mesma bancada e relativamente aos quais eu faço considerações de ordem diversa. A Moção sobre a Esquadra da PSP no Laranjeiro/Feijó. Penso que foca um assunto fundamental, o assunto da segurança, é um assunto caro ao PS, que já por várias vezes o trouxe à Assembleia e continuará a focá-lo e a trata-lo e a valoriza-lo porque é de facto um tema fundamental. E o modo como é apresentada a questão, parece-me globalmente correcta e positiva e portanto nós não temos problemas nenhum em votar a favor e associarmo-nos a um texto que contém em si uma crítica e uma reivindicação. O mesmo se passa com o texto apresentado sobre os acessos à Trafaria. É um problema de facto evidente, é um problema que preocupa todos, é claro que há questões ambientais que têm que ser preservadas, mas os problemas têm que ser resolvidos, porque vivemos numa sociedade de pessoas e as pessoas têm de encontrar soluções para os seus problemas, e não pode continuar a existir uma situação em que o único acesso à Trafaria è claramente insuficiente, claramente não adequado à utilização que dele se faz e está associado obviamente à existência de muitos acidentes que devem encontrar uma solução rápida. Portanto, relativamente a textos que têm uma postura reivindicativa, mas têm na perspectiva do PS uma intenção positiva, nós associamo-nos a eles e mais achamos que é nosso dever seguir estes assuntos a partir do momento em que eles são discutidos eventualmente aprovados na Assembleia. Outros textos há em que eu penso que a intenção se situa noutro Plano, situa-se no Plano de guerrilha político-partidária pura. E esse tipo de textos, devem ter de nós outro tipo de reacção. Claro que é perfeitamente legítimo numa Assembleia plural como uma Assembleia Municipal haver também este tipo de prática, agora terá das forças políticas que se opõem uma resposta obviamente consentânea. Eu estou-me a referir concretamente à Moção sobre a eventual coincidência das datas entre o referendo sobre o tratado constitucional e as eleições autárquicas. Eu penso que a partir de um raciocínio globalmente correcto que é de que um assunto tão grave como a questão do tratado constitucional merece num debate e deve promover uma participação de facto exemplar dos cidadãos, e partir destas considerações



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que seriam eventualmente consensualizáveis, chega-se à conclusão inversa. Isto é, se nós queremos potenciar a participação dos cidadãos, se queremos que o tratado possa ser ratificado ou recusado, que isto quando se vai a votos pode-se ganhar ou pode-se perder, é essa a essência da democracia, mas se, se pretende que o maior número possível de cidadãos se pronuncie sobre essa matéria, obviamente que devemos preocupar-nos em garantir as condições para que a afluência às urnas no referendo seja a maior possível. E aquilo que eu pergunto é: será que em Portugal a receita tem de ser contrária de todos os outros países europeus e em que se associa criteriosamente as consultas populares de forma a não causticar excessivamente os eleitores com as chamadas sucessivas e repetidas às urnas e assim por essa via também potenciar uma participação elevada? Portanto, eu penso que a CDU aqui está de forma enviesada a defender uma posição não sobre a realização do referendo, mas sobre a resposta ao referendo. Todos nós sabemos que a CDU é claramente contra o Tratado Constitucional da Europa. E portanto utiliza todas as manobras, todas as possibilidades para impedir uma ratificação desse tratado. Ora exactamente por isso é que nós recusamos liminarmente esta proposta. Nós achamos e o referendo do Tratado Constitucional é uma coincidência positiva, fomenta à participação e permitirá que o povo português se pronuncie sobre o tratado constitucional de forma mais alargada. E portanto, sendo essa a nossa posição obviamente que estamos contra o texto apresentado pela CDU.-----

Outro texto que nos merece alguns reparos, é o texto sobre apresentação de candidaturas da Câmara Municipal a Fundos Comunitários. Porque vamos lá ver; o que é que é uma candidatura? Uma entidade que se candidata, candidata-se a alguma coisa apresentando um conjunto de objectivos, fundamentações e por aí fora. Ora, aquilo que nós sabemos, é que a Câmara Municipal se candidatou à utilização de fundos comunitários para determinados projectos e que relativamente a alguns deles não foi bem sucedida. Relativamente a outros foi. Portanto, há aqui candidaturas que foram bem sucedidas, e candidaturas que não foram bem sucedidas. Ora, todos nós sabemos que das centenas de milhares de candidaturas apresentadas aos vários programas relacionados com os fundos comunitários, houve muitos milhares que foram aprovadas e muitos milhares que não foram aprovadas, daí deduzir-se que houve má fé, houve tentativa de sonegar informação, ou houve tentativa de prejudicar o Município, penso eu que vai um passo de gigante e nós sinceramente, não estamos em condições de o dar pelo que não podemos concordar com esse assunto. Relativamente à questão que foi levantada sobre a questão dos transportes. Eu gostava de levantar algumas questões e que são as seguintes: Há aqui dois assuntos que foram misturados, que não foi a primeira vez que foram misturados e que na minha perspectiva devem ter tratamentos diferentes. Uma questão prende-se com o passe social.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Outra questão prende-se com o aumento dos transportes. Relativamente ao Passe Social penso que é fácil conseguir nesta Assembleia um consenso alargado, não só sobre a defesa do conceito Passe Social como a procura das melhores soluções no que diz respeito à essência de Passes Sociais ao dispôr da nossa população. Penso que por aí não haverá razões para não nos entendermos. Relativamente aos aumentos dos transportes, aquilo que eu pergunto à CDU é se sabe qual é a fundamentação desses aumentos. Será que não existe nenhum procedimento definido? Será que não existe nenhuma indexação? Se existe esse procedimento e essa indexação qual é a estranheza?"-----

4.4.12 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A intervenção para também nos pronunciarmos sobre algumas matérias aqui apresentadas. Em relação à Moção sobre a recuperação urgente da Torre Velha apresentada pelo Sr. Deputado Fernando Pena, nós estamos totalmente de acordo com todos os considerandos, concordamos que esta questão deve ser resolvida, deve inclusivamente ser melhor acompanhada no Concelho, no entanto a proposta feita no primeiro ponto, transcende largamente aquilo que podem até legalmente ser as competências da Câmara Municipal. Trata-se de um monumento nacional e a Câmara Municipal pura e simplesmente não tem competência, pode participar no processo, mas não tem competência para avançar com um estudo arqueológico e apresentar um projecto de recuperação do imóvel sem a intervenção do IPAR, sem a intervenção das entidades competentes. Mas nós entendemos que esta questão é relevante e que foi bem levantada e sugeríamos ao Sr. Deputado que aceitasse não apresentar a Moção aqui hoje, que ela baixe à Comissão e que esta Assembleia Municipal tenha condições para aprofundar, acompanhar e exigir que isto seja feito no nosso Concelho.-----

Relativamente à Moção apresentada pelo Sr. Deputado Luís Gomes em relação à segurança nas escolas, temos a dizer o seguinte: a Moção em primeiro lugar apresenta detalhadamente um caso isolado do esfaqueamento de um aluno, e outros poderá haver, e nós entendemos que a situação da segurança nas escolas em qualquer ponto do país e particularmente em Almada, é uma questão suficientemente relevante e importante para votarmos favoravelmente esta Moção como é evidente. No entanto, gostaríamos de dizer que entendemos que o último parágrafo nos considerandos, é uma generalização abusiva, é alarmista, as escolas de Almada não são todas isto, mas de facto bastava que uma fosse para que isso nos preocupasse. Pensamos que o Sr. Deputado coloca a questão de uma forma muito pouco aprofundada, os estudos feitos e os trabalhos feitos de diagnóstico das situações pelo Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos, avançam muito mais relativamente à análise das questões de fundo e das razões sociais e outras relativamente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a esta matéria, o Sr. Deputado confina-se apenas a pedir condições de segurança, e aí imediatas, ou seja, policiamento provavelmente, aí o que nós entendemos é o seguinte: é pena que não revele pelo menos ou que não clarifique a situação vergonhosa da falta de pessoal não docente que não tem logo à partida condições para que as escolas funcionem internamente em condições de segurança e a falta de policiamento no espaço exterior das escolas. Vamos votar favoravelmente a Moção. Relativamente a dois ou três aspectos da intervenção do Sr. Deputado José Leitão dizer o seguinte: a coincidência de datas em relação ao referendo sobre a Europa, que fique claro Sr. Deputado que não é com a forma da nossa Moção que vai fundamentar, o Sr. Deputado está contra o conteúdo, a apresentação desta Moção tem como preocupação fundamental o seguinte: o povo português nunca teve oportunidade de se manifestar, de decidir e de ter um momento para aprofundar esta ligação de Portugal à Europa. Neste momento o que está em causa é a submissão da nossa Constituição a poderes que nos transcendem, que nos ultrapassam e sobre os quais nós não podemos interferir ou temos condições muito limitadas para o poder fazer. A uma questão destas devia ser dada uma dignidade completamente diversa. E nunca o argumento de dar o brinde de plástico para comprar o Jornal, ou seja, tentar por causa de umas eleições arrastar mais uns eleitores, o povo português estará certamente muito preocupado com esta questão e muito motivado para a discutir. O que está aqui em causa não é obviamente estar contra ou a favor porque isso é matéria do próprio processo de discussão. A Moção sobre as ETAR's que nós apresentamos é tão clara, está tão bem fundamentada, os factos são tão evidentes, tão evidentes, a situação é tão vergonhosa, tão vergonhosa, prejudica tanto a população de Almada que a única coisa que nos espanta é que um Deputado Municipal eleito por este povo, tenha aqui a posição que aqui teve."-----

4.4.13 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Gostava de garantir que fique gravado o meu protesto pelos termos utilizados pelo Sr. Deputado Municipal da CDU, termos aliás que só encontram paralelo no documento que mais à frente iremos apreciar e apresentado pelos SMAS, mas na altura pronunciar-nos-emos sobre o assunto".-----

4.4.14 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Três observações em relação a três Moções apresentadas. A determinada altura os assuntos podem ser justos, as reivindicações podem ser meritórias, mas penso que para documentos que sairão de um órgão institucional que devia ser ou poderia ser evitável o uso de algumas expressões, designadamente a Esquadra da PSP do Laranjeiro, de acordo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

em relação à essência, mas não posso concordar com a forma este tipo de expressões, a obra inaugurada com toda a pompa e circunstância, uma encenação para cidadão convencer, novela cômica ou dramática, penso que não tem a seriedade que seria de exigir a um órgão como a Assembleia Municipal. Depois em relação à Moção/Deliberação sobre o processo candidatura... (interrupção da gravação) ...por fim, em relação à Moção sobre a coincidência do referendo ao Tratado Constitucional Europeu com as eleições Autárquicas, partilho das mesmas preocupações, já agora porque não fazer as Presidenciais no mesmo dia para poupar idas dos eleitores às urnas, mas de facto eu penso que mais uma vez o último parágrafo tem o uso de uma linguagem excessiva para um documento que sairá de um órgão institucional. Portanto, considerar isso também uma intolerável perversão atentatória dos valores democráticos, uma inqualificável falta de respeito pelo povo português, não é necessário os factos que estão cá e para bom entendedor tudo o que está anteriormente chegaria. E por fim, não posso deixar de o fazer, a título pessoal não a título político, mas já que foi apresentado um documento e que foi subscrito por todas as bancadas sobre o falecimento do Papa João Paulo, eu aqui não posso, de uma posição pessoal e não vincula naturalmente o meu partido, mas porque para mim este Papa foi acima de tudo um pai como católico, e um pai de uma Igreja que está unida pelos laços de comunhão, e este exemplo de fidelidade, este exemplo de fortaleza, este exemplo de humildade, é de uma riqueza extraordinária para os católicos, mas para o mundo todo. E é o testemunho muito vivo, muito verdadeiro deste caminho de Cristo que levou até ao extremo levando a sua cruz até não poder mais e repetiu ao mundo incansavelmente aquilo com que começou o seu pontificado. Não tenham medo. Há aqui uma posição que aponta muito para todo o papel que o Papa teve de intervenção pela humanidade, pela vida humana, pela paz, pela liberdade dos povos, mas há também uma mensagem que interpela cada Cristão e que eu não podia deixar de dar testemunho aqui porque nisso também e acima de tudo foi de facto um homem extraordinário.-----
Eu aceito a proposta que foi feita pela bancada da maioria, pedindo então ao Sr. Presidente o favor de agendar uma reunião da Comissão para poder ser analisado este texto."-----

- 4.4.15 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Não respondendo às operações de guerrilha partidária pura que assistimos há pouco, eu quero responder sim a uma pergunta concreta e objectiva que o Sr. Deputado Municipal Fernando Pena colocou relativamente à Proposta de Moção/Deliberação apresentada sobre a questão dos processos de tratamento e drenagem de águas residuais e candidaturas junto da Comissão Europeia. A pergunta foi porque, eram os tais indicadores todos que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

apontavam para a viabilidade do início deste processo, há outras vertentes que poderiam ser aqui invocadas, mas há aqui dois elementos fundamentais, um deles tem mesmo um carácter processual objectivo, que é a confirmação por parte da Comissão Europeia, nessa altura confirmando a data de elegibilidade como 97, que seria completamente diferente, mas como calculará profundamente diferente de uma data de ilegitimidade de 2004 como veio a ser referido depois na resposta final da Comissão Europeia. Até lhe posso dar um exemplo, invocou-se a dada altura que há um Decreto-Lei de 2000 que é tido em conta para a consideração deste projecto, porque como calcula foi publicado depois do início deste processo e da construção da ETAR e que inclusivamente foi tido em conta como precedente deste projecto pela simples razão de a data de ilegitimidade ser de 2004. Mas no início, antes de haver a suspensão ordenada pelo Governo, repito sem conhecimento nenhum do Município, do processo de candidatura para Bruxelas, antes de haver isso, havia um elemento concreto e objectivo que era a data de ilegitimidade era de 97, e só desse ponto de vista havia viabilidade e condições processuais para que a candidatura avançasse. E há um outro elemento que também não pode ser esquecido e que tem o valor que tem, que é a declaração expressa e textual do então Sr. Ministro do Ambiente na presença de vários Presidentes de Câmara da Península de Setúbal da garantia de que seriam consideradas estas ETAR's e estes projectos relativamente ao fundo de coesão e ao co-financiamento comunitário. O Ministro do Ambiente nessa altura chamava-se José Sócrates e portanto essa declaração e essa garantia que foi dada tem o peso que tem e cada um interpretará como quiser."-----

4.5 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate e após verificação do quorum procedeu-se à votação dos documentos.-----

4.5.1 - A Moção apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e subscrita por todos os Grupos Municipais, sobre Papa João Paulo II, foi aprovada por unanimidade.-----

4.5.2 - A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Ferreira, sobre Esquadra do Laranjeiro, foi aprovada por unanimidade, sendo a redacção final a seguinte:-----

MOÇÃO / DELIBERAÇÃO-----

(Sobre a Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó)-----

Após mais de 15 anos de esforços para a construção da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó, através de variadíssimas reuniões da Câmara Municipal e demais Órgãos Autárquicos com Ministros e Secretários de Estado; de tomadas de posição unânimes da Assembleia Municipal, de Juntas e Assembleias de Freguesia; de pareceres do Conselho Municipal de Segurança; de muitas manifestações das populações; da doação de terreno pelo Município e da inauguração das instalações; a Esquadra continua a não funcionar de forma a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

proporcionar a segurança devida e necessária aos mais de 43.000 cidadãos da sua área de influência.-----

A Esquadra, ou mais propriamente as suas instalações, foi inaugurada com toda a “pompa e circunstância” no passado dia 1 de Fevereiro pelo Senhor Ministro da Administração Interna que proferiu uma interessante e aplaudida intervenção na presença de muitos policiais, designadamente dos Comandos nacional, distrital e local, de muitos convidados de várias instituições e organizações locais, de muitos cidadãos e de numerosos órgãos de comunicação social local, regional e nacional.-----

No entanto, parece que tudo não passou de uma encenação para Cidadão convencer, e hoje – passados que são 3 meses – a Esquadra continua a não ter os 65 efectivos determinados pela Portaria nº 250/2005 (2ª Série) de 31/01/2005 do Ministro da Administração Interna para produzir efeitos desde o dia 1 de Fevereiro de 2005 e publicada no Diário da República – II Série, Nº 42 de 1 de Março de 2005 a página 3049, nem tem os 42 polícias anunciados publicamente pelo Ministro no acto de inauguração da esquadra e que entravam de imediato em funções, mas apenas 2 ou 3 polícias para as 24 horas do dia, ainda por cima desviados sem substituição de outros dispositivos policiais da Divisão de Almada da PSP.-----

E assim continua a novela cómico-dramática da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó, com efeitos muito negativos na qualidade de vida dos Cidadãos, na credibilidade das Forças de Segurança e na imagem do Estado no respeito pelos princípios do Estado de direito democrático, em particular do Governo que deve respeitar pelo menos a legislação que ele próprio aprova.-----

Importa a propósito dar nota da Portaria assinada pelo Ministro da Administração Interna, nº 250/2005 e publicada no Diário da República – II Série Nº 42, que refere:-----

"Portaria n.º 250/2005 (2ª série). – Considerando o rápido crescimento demográfico das freguesias do Laranjeiro e do Feijó, do concelho de Almada, cuja população já ultrapassa os 43 000 habitantes;-----

Por forma a garantir uma adequada resposta aos fenómenos perturbadores da segurança, da ordem e da tranquilidade públicas:-----

Torna-se necessário um reajustamento do dispositivo da Polícia de Segurança Pública neste concelho, o que se faz pela presente portaria.-----

Assim, nos termos das disposições conjugadas do artigo 64º, nº 5, da Lei nº 5/99, de 24 de Novembro:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Manda o Governo, pelo Ministro da Administração Interna, o seguinte:-----

- 1.º É criada, na dependência da Divisão Policial de Almada do Comando da Polícia de Setúbal da Polícia de Segurança Pública, a esquadra do Laranjeiro.-----*
- 2.º À esquadra do Laranjeiro fica cometida a área de responsabilidade correspondente ao território das freguesias do Laranjeiro e do Feijó.-----*
- 3.º A esquadra do Laranjeiro compreende os seguintes efectivos:-----*
Subcomissário – 1;-----
Chefe/subchefe – 9;-----
Agente principal/agente – 55.-----
- 4.º A presente portaria produz efeitos desde o dia 1 de Fevereiro de 2005.-----*
31 de Janeiro de 2005. – O Ministro da Administração Interna, Daniel Viegas Sanches."-----

Nestes termos e ao abrigo do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária no dia 27 de Abril de 2005, delibera:-----

- 1. – Exigir celeridade na colocação do número necessário e adequado de polícias na Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó e o seu efectivo funcionamento em cumprimento da Portaria nº 250/2005 do Ministro da Administração Interna.-----**
 - 2. – Reafirmar a necessidade das Forças de Segurança no Concelho de Almada (PSP e GNR) serem reforçadas em meios operacionais e em agentes para que seja atingido o rácio considerado como adequado a nível nacional de 3 polícias por cada mil habitantes.-----**
 - 3. – Manifestar apreço aos homens e mulheres que servindo a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Marítima, servem os cidadãos do Concelho de Almada, e que em condições deficientes e insuficientes têm desempenhado com alto mérito a missão das Forças de Segurança e melhorado continuamente o seu relacionamento com a comunidade."-----**
- 4.5.3 - A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Gomes, sobre aluno ferido, foi aprovada por unanimidade.-----
- 4.5.4 - A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena, sobre Torre Velha, baixa à Comissão.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.5.5 - A Saudação apresentada pela Sr^a. Deputada Municipal Odete Alexandre, sobre 25 de Abril, foi aprovada por unanimidade.-----

4.5.6 - A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Bruno Dias, sobre ETARS, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, PSD; CDS-PP e BE) e nove votos contra (de eleitos do PS), sendo a redacção final a seguinte:-----

MOÇÃO / DELIBERAÇÃO-----

(Moção/Deliberação De protesto face à injustiça e discriminação no processo de candidatura ao Fundo de Coesão do "Sistema Integrado de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Município de Almada")-----

Almada é hoje, e desde há vários anos, um dos municípios portugueses com maior cobertura ao nível do saneamento básico, com valores que atingem agora os 100%. Este investimento, e este esforço financeiro municipal, foram e são determinantes para um concelho de efectivo desenvolvimento sustentável, na defesa e promoção do ambiente e da qualidade de vida.-----

No início da década de noventa, Almada construiu a sua primeira Estação de Tratamento de Águas Residuais, tendo obtido do FEDER cerca de 60% do investimento.-----

O caminho deste Município prosseguiu no sentido da qualificação da sua rede de saneamento básico, e em 20 de Fevereiro de 1997, avançou para a formalização de duas candidaturas ao Fundo de Coesão, junto do Gabinete do Programa Ambiente. Tais candidaturas eram referentes aos empreendimentos "Obras Terminais da Bacia de Almada – Emissários e ETAR" e "Obras Terminais da Bacia da Costa/Trafaria – Emissários e ETAR", tendo em vista a conclusão do referido sistema.-----

Desde o início, e apesar das sucessivas solicitações, por parte do Poder Central ao Município de Almada, de esclarecimentos, informações suplementares, alterações aos processos, etc., todos os indicadores apontavam para a efectiva viabilidade dos projectos em causa, relativamente aos apoios comunitários no âmbito do cofinanciamento pelo Fundo de Coesão.-----

Impõe-se a este propósito recordar a garantia dada pelo então Ministro do Ambiente em Dezembro de 1999, em reunião com presidentes de câmara da Península de Setúbal, quanto à consideração das novas Estações de Tratamento de Águas Residuais de Almada no Fundo de Coesão.-----

Na sequência dos contactos realizados entre o Município e o Governo, e a pedido deste, foi apresentada nova reformulação das respectivas candidaturas ao Fundo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de Coesão, respectivamente em relação à Bacia de Almada em Janeiro de 2000 e à Bacia da Costa/Trafaria em Março de 2000.-----

No entanto, precisamente quinze dias após a entrega, pela Câmara Municipal, da reformulação da candidatura solicitada pelo Governo, este procede, junto da Comissão Europeia, à suspensão dessa mesma candidatura, sem dar conhecimento ao Município de Almada.-----

A suspensão foi solicitada pelo Gabinete do Programa Ambiente em Fevereiro de 2000, confirmada pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional em Setembro de 2000, e foi ocultada ao Município durante mais de dois anos – tendo sido apenas comunicada em Agosto de 2002, já com outro Governo em exercício de funções.-----

De resto, já desde Agosto de 1999, e até Outubro de 2001 (ao longo de dois anos, dois meses e sete dias), nenhuma comunicação, nenhuma informação, nenhum ofício foi enviado pelo Governo à Câmara Municipal de Almada relativamente aos processos destas candidaturas.-----

Durante esse período, o Município não obteve resposta a nenhum dos contactos e diligências que efectuou junto do Governo. A única excepção foi o ofício do Ministério do Planeamento, de 7 de Agosto de 2000, em resposta à documentação enviada pela Câmara, informando que essa documentação havia sido enviada ... para o Ministério do Ambiente.-----

Tal ausência de contacto da parte do Poder Central, numa situação particularmente esclarecedora, verificou-se igualmente face à celebração do contrato, com visto do Tribunal de Contas, para a construção da obra adjudicada.-----

Nessa altura, a Câmara Municipal de Almada (que, recorde-se, nada conhecia acerca da suspensão da candidatura junto da Comissão Europeia) informou o então Ministro do Ambiente sobre a evolução do processo, solicitando a sua intervenção no cumprimento dos compromissos assumidos. O Governo não emitiu qualquer resposta.-----

Só ao fim de mais de um ano, em 30 de Outubro de 2001 o Gabinete do Programa Ambiente, confrontado com a documentação completa dos processos em causa – incluindo facturas, recibos e cópias de cheques – acabou por se dirigir à Câmara Municipal, nada menos que para devolver a documentação; vindo a sugerir, em Novembro, a reformulação dos processos numa só candidatura.-----

Entretanto, quase cinco anos haviam passado desde a apresentação inicial pelo Município de Almada, das candidaturas aos fundos comunitários, sem que o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Poder Central tomasse as medidas necessárias – pelo contrário – com vista à captação, para Almada e para Portugal, das verbas em causa nestes projectos.----
É da mais elementar justiça reconhecer que o Município de Almada, em todos os momentos e em todas as circunstâncias, desenvolveu todos os esforços necessários e todas as diligências solicitadas ou recomendadas pelas entidades governamentais e comunitárias neste processo.-----

Exemplo disso mesmo foi a elaboração e entrega, de modo expedito e sistemático, das sucessivas reformulações e estudos pedidos em 2002 e 2003, incluindo:-----

- o primeiro estudo de viabilidade financeira, recomendado pelo Governo e entregue em Janeiro de 2002;-----
- a primeira reformulação da candidatura, solicitada pelo Governo e entregue em Julho de 2002;-----
- a segunda reformulação da candidatura, solicitada pelo Governo e entregue em Outubro de 2002;-----
- a terceira reformulação da candidatura, solicitada pelo Governo e entregue em Maio de 2003;-----
- a quarta reformulação da candidatura, solicitada pelo Governo e entregue em Agosto de 2003;-----
- e a quinta reformulação da candidatura, solicitada pelo Governo e entregue em Setembro de 2003.-----

Entretanto, em 27 de Fevereiro de 2003, esta Assembleia Municipal havia já tomado posição face às evoluções deste processo, insurgindo-se contra o reiterado bloqueio de que as candidaturas do 'Município de Almada vinham sendo objecto. Nesse sentido, foi aprovada a moção aí apresentada, deliberando:-----

- «1. Exigir da Administração Central a aplicação do princípio de igualdade de tratamento na condução do processo de candidaturas aos fundos comunitários;-----
- «2. Apelar ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente o urgente desbloqueamento dos apoios financeiros às Obras Terminais das Bacias de Almada e Costa/Trafaria – ETAR's da Mutela, Portinho da Costa e respectivos emissários»-----

Só em Janeiro de 2004, o processo relativo ao “Sistema Integrado de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Município de Almada” foi enviado para a Comissão Europeia, que respondeu três semanas depois.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Comissão Europeia, por seu turno, informava na sua comunicação que não seria possível activar uma candidatura suspensa (pelo Governo) três anos antes, e que não seriam sequer consideradas para cofinanciamento as obras que estivessem concluídas no terreno. Assim se podia concluir que o Município de Almada era penalizado por ter feito a obra, em vez de a paralisar – como havia feito o Poder Central em relação ao processo.-----

Ao cabo de sucessivos pedidos de informações, esclarecimentos, aditamentos e preenchimentos, por parte de organismos do Estado, todos eles respondidos em tempo útil pela Câmara Municipal, a Comissão Europeia acabaria por declarar que a candidatura de Almada não poderá beneficiar do financiamento comunitário do Fundo de Coesão, confirmando as piores preocupações do Município.-----

Tal decisão da Comissão Europeia é reiterada no seu ofício de 24 de Fevereiro de 2005 – oito anos depois do início deste processo. Percorridos os canais oficiais e os trâmites processuais entre a União Europeia, o Governo Português e o Município de Almada, foi já durante o corrente mês de Abril que este concelho tomou conhecimento da resposta final da Comissão Europeia, informando que “não atribui qualquer comparticipação do Fundo de Coesão a um projecto já concluído fisicamente”.-----

Já considerávamos que seria injusto e insuficiente que um investimento de 29.685.127 euros neste domínio tivesse um cofinanciamento de apenas 32,06% (i.e. correspondente a uma verba de 9.517.052) num quadro em que seria legitimamente expectável um valor superior a esse. No entanto, a situação que agora se coloca a Almada, aos Almadenses e ao Poder Local do Concelho, assume uma gravidade absolutamente clamorosa e inaceitável.-----

Assim, e face aos considerandos expostos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária na Trataria, em 27 de Abril de 2005, ao abrigo e para os efeitos da alínea o) do N.º 1 do Artigo 53º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:-----

1. Manifestar o seu veemente protesto e indignação face ao prejuízo, à injustiça e à discriminação de que o Concelho de Almada foi alvo, ao longo de oito anos, no âmbito do processo relativo ao “Sistema Integrado de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Município de Almada”;-----
2. Apoiar as iniciativas da Câmara Municipal de Almada junto dos órgãos de soberania, das instituições e das entidades competentes, com vista ao cabal



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

apuramento de responsabilidades no âmbito deste processo, e à compensação ao Concelho de Almada pelos prejuízos causados."-----

4.5.7 - A Saudação apresentada pela Sr^a. Deputada Municipal Luísa Beato, ao 25 de Abril, foi aprovada por unanimidade.-----

4.5.8 - A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Noronha, sobre Eleições Autárquicas, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, BE, CDS-PP e um do PSD - Presidente da Junta de Freguesia da Costa); nove votos contra (de eleitos do PS) e sete abstenções (de eleitos do PSD).-----

4.5.9 - A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Hermenegildo, sobre Acidentes na Curva da Santa - Trafaria, foi aprovada por maioria com quarenta e um votos a favor (de eleitos da CDU, PS, PSD e BE) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP).-----

4.5.10 - A Moção apresentada pela Sr^a. Deputada Municipal Luísa Ramos, sobre Aumento dos Transportes, foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor (de eleitos da CDU e BE) e dezanove abstenções (de eleitos do PS, PSD e CDS-PP).-----

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção do Público.-----

5.1 - Usou da palavra a Exm^a. Senhora Múncipe Ana Maria Domingos Neto, morador nas Casas Pré-Fabricadas, 9 Raposo - 2825-111 Caparica.-----

5.1.1 - A Exm^a. Senhora Múncipe Ana Maria Domingos Neto:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Caros Múncipes. Na qualidade de representante dos moradores do bairro pré-fabricado do raposo, sito para quem ainda não saiba na freguesia da Caparica. Pedi para intervir para vos relembrar que na Assembleia Municipal realizada no dia 28 de Junho de 2002 nas instalações dos Bombeiros Voluntários da Trafaria foram levantados por nós vários problemas referentes à precaridade do bairro, procurando deste modo soluções para a mesma. Obtivemos como resposta da Sr^a. Presidente da Câmara Municipal de Almada não ser da responsabilidade da Câmara a resolução dos problemas levantados e de que estaria em negociações com o Ministério da tutela para a solução dos mesmos. Recorremos também à assistência social e a resposta é invariavelmente a seguinte, AGUARDAR o assunto está a ser tratado.-----

Como a fome põe a lebre a caminho "caminhamos" também para o IGAPHE em 5 de Abril de 2002. Como resposta datada de 02 de Julho de 2002 o Gabinete do Secretário de Estado e Habitação informou-nos que a população deste bairro se encontra recenseada no Programa Especial de Realojamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, criado pelo decreto-lei nº 163/93 de 7 de Maio, pelo que o seu realojamento será efectuado pela



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Câmara Municipal de Almada, no âmbito do acordo geral de adesão, oportunamente celebrado entre este município e o IGAPHE.-----

Sendo a nossa parte a que mais sofre neste jogo do empurra reservamo-nos ao direito de pensar que apesar de a nossa revolução já decorrer à trinta e um anos a cidadania não se acha alí ao virar da esquina. A cidadania ainda tem que se conquistar e nós moradores do bairro pré-fabricado queremos fazer da mesma um direito adquirido. E como é óbvio, posto isto, gostaríamos de obter uma resposta da Sr^a. Presidente.-----

Passado esta minha intervenção, pedimos autorização ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para a entrega de um abaixo-assinado com cópias para os partidos representados na Assembleia e executivo camarário."-----

5.2 - Em resposta à Sr^a. Muniçipe usou da palavra a Sr^a. Presidente da Câmara Municipal.-----

5.2.1 - A Sr^a. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Naturalmente que a questão aqui trazida pela Sr^a. Dona Ana Maria Neto, é uma questão que nos toca e sensibiliza a todos, é um problema que afecta um conjunto de pessoas que moram neste Bairro e que obviamente todos gostaríamos que já estivessem realojados em condições dignas, porque com certeza que isso representaria uma condição de vida melhor para todos vocês, para as vossas crianças, para as vossas famílias. De facto a situação do Bairro do Raposo é uma situação complicada e indesejável, que se verifique neste tipo de situações, que é o facto de as entidades remeterem para outras a resolução do problema em vez de se envolverem e conjugarem esforços para que esses mesmos problemas sejam resolvidos. Nós temos de facto como os restantes municípios da área metropolitana, a adesão ao programa especial de realojamento, e na altura recenseamos todas as situações que foram possíveis de identificar no nosso Concelho de pessoas a residir em situações desadequadas, casas abarracadas, barracas mesmo, e no caso do Plano Integrado de Almada, no ex-Plano Integrado de Almada, nós também fizemos o recenseamento a pedido do IGAPHE de todas as situações que encontravam naqueles terrenos que são propriedade do IGAPHE. Portanto nós incluímos no Programa Especial de Realojamento todas as situações que se encontravam em terrenos do património do estado, exactamente naquela zona, a pedido do IGAPHE. Entretanto a situação também devia ter sido resolvida com nomeadamente a atribuição de terrenos por parte do IGAPHE ao Município e há terrenos em vários sítios, há terrenos na Sobreda, para além da área do PIA, não há só terrenos públicos do Estado na área do PIA, também há na zona da Sobreda, de modo a que o próprio Município em conjugação de esforços com o próprio IGAPHE pudesse avançar com a construção de fogos, pensando naquela população. E portanto em conjugação de esforços porque foi o IGAPHE que pediu ao Município que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

recenseasse aquela população, não foi para assumir a globalidade dos problemas ali existentes, mas recensear e no seguimento desse recenseamento, conjuntamente se poder encontrar a solução adequada para a construção das casas. E uma das questões passava exactamente pela disponibilização de terrenos. Portanto, este processo não foi um processo fácil, quando em 2002 foi dito que estávamos em negociações, é verdade, e o tempo de facto foi longo para chegarmos a um entendimento, passam Ministros, passam Secretários de Estado, nós continuamos cá, mas foi possível em 2004 celebrarmos um acordo, portanto passados dois anos sobre a vossa vinda, uma Sessão Pública da Assembleia Municipal, foi possível celebrar um acordo com o Governo, mais exactamente com a Secretária de Estado da Habitação que remeteu para o Instituto Nacional de Habitação a elaboração de um estudo, de um Plano de Desenvolvimento Estratégico para a área do PIA, onde vocês moram, e nesse quadro se equacionarem todas as questões que ali estão, todos os problemas que ali existem e também se desenvolver então um instrumento de planeamento para a zona que permita depois passar à gestão daquele território, porque o próprio Governo não tem um instrumento de gestão, ou seja um plano para gerir aquele território. Aquele território não tem Plano. Portanto, esse acordo foi celebrado o ano passado. Nós já nomeamos o nosso técnico para participar numa equipa onde estará também um técnico indicado pelo INH, esta Comissão em princípio, este grupo, será presidido por uma pessoa indicada pela CCDR, e sabemos temos tido contactos com o INH que há um trabalho em curso no sentido de contratar uma equipa técnica que inicie os trabalhos. Mas a questão do PER vai muito para além disto, neste momento e não só neste momento, já desde 2003. 2003, 2004 que há um problema que não é só de Almada mas de todos os municípios e que tem a ver com a limitação do acesso ao crédito por parte dos municípios para construir habitação social. Este problema tem que ser resolvido, porque se não for resolvido, se os municípios não puderem continuar a ter acesso ao crédito como tinham para construir habitação social, não é possível construir nem mais uma casa. Isto é uma questão que tem que ser resolvida ao nível central pelo Governo que estiver em funções, e sem que isto seja resolvido o problema, mesmo que hajam acordos, mesmo que hajam terrenos, o problema vai-se arrastar e os municípios não conseguem construir mais casas. Nós temos uma boa parte do programa assegurado, nós recenseamos cerca de dois mil e quatrocentos fogos, temos construídos penso mais de mil e quinhentos fogos, mas falta-nos construir os restantes. E portanto é preciso que haja acesso ao crédito para os municípios para que os programas possam ter continuidade. É neste quadro que nós estamos, nós temos a preocupação relativamente à situação em que vocês estão, mas não só em relação à vossa, há outras situações destes quase mil fogos que é preciso construir para cumprir o programa, e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

portanto naturalmente quer a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que representa todos os Municípios de Portugal, quer os Municípios individualmente, têm vindo a fazer sentir a necessidade de se ultrapassar este bloqueio que neste momento existe, e que no caso concreto do nosso Município. O problema das famílias é o mais importante, pelo menos aquelas que foram recenseadas para que tenham quanto antes uma casa condigna, é isso que todos desejamos, mas também a não serem resolvidos estes problemas, nomeadamente o do crédito e em particular do crédito, podem-se bloquear outros projectos. Nomeadamente e também no caso de Almada o próprio Polis da Costa de Caparica. Portanto, se não fôr desbloqueada a questão do crédito, o próprio Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa de Caparica, pode ser altamente prejudicado, e de alguma maneira bloqueada a sua concretização."-----

5.3 - Usou da palavra o Exm^o. Senhor Município José Leal Pedro, morador na Av^a 25 de Abril, 10 - 2825-893 Trafaria.-----

5.3.1 - O Exm^o. Senhor Município José Leal Pedro:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Tendo o Concelho de Almada onze Freguesias, entre as quais se encontra a Trafaria que é a nº 5, eu gostava de saber qual é o motivo, o recenseamento eleitoral todos os anos, as populações das Freguesias aumentaram toda cinco, dez, quinze, vinte mil eleitores, e a Trafaria é ao contrário, começou nos dez, nove, oito, sete, seis e é a única Freguesia que baixa no recenseamento, Eu gostava de saber qual era o motivo. Eu sei o que é, mas eu gostava de saber. A Trafaria é a única terra do Concelho, em trinta anos nunca se abriu um metro de Rua, só houve mudança de nome de cinco ruas. Mas tenho orgulho de a Trafaria ser a única terra do país que tem um parque de estacionamento, que é a passagem obrigatória dos transportes públicos e dos camiões, são obrigatórios lá passarem."-----

5.4 - Em resposta ao Sr. Município usou da palavra a Sr^a. Presidente da Câmara Municipal.-----

5.4.1 - A Sr^a. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Por uma questão de deferência e de atenção para com o Sr. Município, eu gostava de dizer que não é só a Freguesia da Trafaria que tem diminuído de população, as zonas históricas nomeadamente Cacilhas, as zonas históricas do Pragal, Almada, Cova da Piedade, tem havido diminuição de população nalgumas zonas do nosso Concelho porque são zonas históricas, zonas com população mais idosa, e naturalmente à medida que as populações também vão falecendo, o número de eleitores vai diminuindo. É desejável que haja uma alteração nesta situação. E é desejável que as casas por exemplo que ficam devolutas não fiquem desocupadas, ficam devolutas porque vão morrendo as pessoas, que sejam



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

naturalmente disponibilizadas para outras famílias e que se possa desenvolver também algum trabalho de modo a que essas zonas possam atrair gente jovem e população que vem de outras localidades e que procura também o nosso Concelho. É uma questão que tem que nos preocupar. Eu acho que a questão que coloca é pertinente, não é só a Freguesia da Trafaria que tem uma diminuição de população recenseada, que tem uma diminuição de população, há outras que também, e portanto isto coloca uma nova questão a todos nós, o que fazer para que haja um interesse das populações mais novas e das pessoas que vêm para o nosso Concelho para residirem nessas zonas. Mas também é necessário que os próprios proprietários disponibilizem essas casas para novos alugueres, etc.. Portanto, há aqui uma questão que tem que ser aprofundada e que deve obviamente merecer a preocupação de todos nós e a intervenção possível de todos nós. Mas eu agradeço a sua chamada de atenção."-----

5.5 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

5.5.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Há um convite a todos os interessados para participarem no Segundo Fórum de Participação da Trafaria que se realiza no próximo dia 29 de Abril de 2005, sexta-feira próxima, às vinte e uma horas, precisamente aqui onde nós estamos.-----

A reunião vai decorrer no âmbito da realização do Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria, e será subordinado ao tema "Cenários para um Desenvolvimento Sustentável - Uma Visão para um Território de Excelência". Eu tenho ideia que certamente a questão aqui colocada pelo Sr. José Leal Pedro terá alguma resposta neste estudo de enquadramento estratégico para toda a área que está a ser elaborado e que vai ser apresentado na próxima sexta-feira. Por isso o convite a todos para essa próxima sexta-feira de apresentação deste trabalho."-----

6 - Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----

6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal (**Conforme ANEXO V**).-----

6.1.1 - Usou da palavra a Sr^a. Presidente da Câmara para apresentar a referida informação.-----

6.1.1.1 - A Sr^a. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Nós temos dois documentos distribuídos a todos os Srs. Deputados Municipais. Têm esta espessura, têm naturalmente muita informação sobre a actividade desenvolvida pela Câmara e pelos Serviços Municipalizados nos meses de Janeiro/Fevereiro porque para produzir este trabalho é preciso recolher a informação dos diferentes sectores de actividade do município, e naturalmente depois dessa recolha é preciso trabalhar a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

informação e produzir os documentos. Portanto, há sempre uma certa diferença de tempo entre a data em que a Assembleia se realiza e o tempo da abordagem à actividade municipal. Mas chegamos naturalmente sempre a abordar toda a actividade desenvolvida pelo município ao longo do ano. Portanto temos dois documentos, ficamos como é habitual à disposição dos Srs. Deputados Municipais para os esclarecimentos, as informações que nos queiram solicitar e obviamente para os comentários e as críticas e as sugestões, porque não, que nos queiram trazer."-----

6.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Pedroso de Almeida; Carlos Gouveia Pinto; Fernando Pena; Luís Gomes; António Neves; Carlos Gouveia Pinto; Presidente da Câmara.-----

6.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Quatro questões relativamente ao conteúdo do documento que nos foi distribuído.-----
Começava Sr. Presidente, na página quatro há uma referência a prossecução do processo de implementação de medidas visando contenção de despesa corrente. E depois fala-se na adopção de uma estratégia empresarial no sector das telecomunicações. Gostava de saber mais em pormenor, alguma especificação relativamente a esta estratégia nesta matéria. Na página trinta e dois (32) fala-se na preparação do realojamento do núcleo PER das Matas de Santo António, também gostaria se fosse possível Sr^a. Presidente, que esclarecesse em que pé está esta situação. Na página trinta e cinco (35), diz que foi desenvolvida uma estratégia de actuação no sentido de dinamizar a conservação do parque habitacional privado pelos proprietários, e também gostaria de conhecer de facto esta estratégia. E finalmente, na página trinta e seis (36), refere-se que prosseguiu com regularidade a atribuição de novos topónimos, bem como a regularização de situações. A este propósito lembro que esta Assembleia Municipal aprovou em tempos uma proposta de atribuição do nome de Francisco Sá Carneiro, um topónimo do nosso Concelho, portanto gostaria também se fosse possível ter informação sobre esse aspecto."-----

6.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Gouveia Pinto:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu não venho citar páginas do Relatório, nem falar sobre o Relatório propriamente dito, porque aquilo que eu fiz foi consultar o Relatório para ver se estavam lá referenciadas duas actividades da Câmara, ou em que a Câmara poderia desenvolver e de facto não estava nem numa nem noutra.-----
A primeira relaciona-se com o ambiente e tem a ver com os pombos. Como é sabido por quem tem alguma sensibilidade e conhece cidades europeias, sabe que a preocupação do controle do crescimento dos pombos é de facto central nas políticas urbanísticas, aliás os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pombos por muito poéticos que se possam considerá-los, são uma fonte de poluição reconhecida hoje unanimemente, extremamente poderosa. Não quer dizer que se comece aos tiros aos pombos, mas pelo menos há mecanismos mais humanos, como por exemplo darem-lhes alimentos que permitam controlar a sua reprodução e que evitem que eles proliferem pela cidade e constituam de facto uma preocupação para nós todos. Portanto, eu gostaria de saber o que é que a Câmara pensa sobre este problema e se tem prevista alguma actividade nesta área. A segunda questão que eu gostaria de trazer a esta Assembleia relaciona-se também com uma actividade recente que foi cometida à Câmara que é da inspecção dos elevadores dos prédios em que nós todos habitamos e que finalmente começaram a ser inspeccionados, o que é uma coisa boa, inspeccionados com um rigor extremo. Muitas vezes as facturas que são apresentadas aos condomínios dos prédios, eu falo pelo meu e suponho que os presentes falarão pelos seus, são de montantes exorbitantes que muitas vezes ultrapassam a capacidade económica dos condomínios e isto porque de facto os elevadores não eram inspeccionados há muitos, muitos anos. Se isto à priori parece uma boa medida e de facto demonstra um certo cuidado com a preservação do equipamento colectivo que é essencial porque aquilo se avaria e com a segurança desse equipamento colectivo causa sérios problemas aos orçamentos familiares para o pagamento dos ditos orçamentos. Eu gostaria de saber o que é que está a ser feito nesta área, se a Câmara está alertada para este problema, designadamente uma das coisas que talvez valesse a pena saber é qual a percentagem de condomínios que de facto cumpriram no prazo estipulado pela inspecção as dívidas, isto é, se instalaram os equipamentos que essa mesma inspecção ordenou."-----

- 6.1.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Três breves questões, a primeira recorrente, já foi dito que é cassete, mas de facto os ecopontos continuam a dar uma péssima imagem neste Concelho. Porque estão frequentemente a transbordar e portanto se a AMARSUL, dirá a Sr^a. Presidente que é a responsabilidade deles, não funciona a Câmara tem que alertar para isso. Depois porque muitas vezes eles perturbam a circulação de peões nos passeios, ou estão colocados em cruzamentos em que prejudicam a visibilidade. Depois estão a atingir um ponto de rotura em termos de conservação parece-me, e acho que era muito interessante se a Câmara Municipal de Almada começasse a pensar por soluções que são disponibilizadas pela AMARSUL, soluções dos ecopontos enterrados como já se vê em muitos sítios do país. Porque liberta mais o espaço, porque é mais agradável à vista, porque tem maior capacidade de armazenamento dos resíduos. Portanto, ganharíamos muito em seguir com os ecopontos aquilo que já se vê para o lixo doméstico em alguns sítios do Concelho



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que é a solução enterrada. Depois, uma breve questão também de topónimos e também para recordar que esta Assembleia há três anos aprovou uma Moção que propunha a atribuição do nome do Padre Isidro Alves da Cova da Piedade, na toponímia do Concelho, e gostaria de saber se isso já foi feito ou se está em perspectiva. Padre Manuel Isidro Alves, foi aprovado por esta Assembleia. A terceira questão diz respeito a uma Moção apresentada pelo CDS na Sessão anterior. Dizia respeito à iluminação pública. E disse a Sr^a. Presidente em resposta nessa Sessão que as substituições luminárias que vão sendo feitas já são feitas por iluminárias eficientes. Portanto isso já é um trabalho que a EDP está a executar.-----

E mais à frente a Sr^a. Presidente disse que entretanto a Câmara Municipal aprovou um conjunto de definições relativamente aos candeeiros a utilizar em diversos tipos de espaços, jardins, arruamentos, passeios etc.. Portanto, neste momento a própria Câmara tem e já está a ser implementado esse conjunto de decisões no âmbito das novas urbanizações. As novas urbanizações que entram neste momento, já há algum tempo na Câmara Municipal, as urbanizações têm que respeitar estas decisões cito. E de facto há uns tempos fui obrigado a fazer um trajecto no Concelho a que nem sempre passo e fui reparando. E o projecto, a nova urbanização da Aldeia dos Capuchos tem luminárias como tantas outras feias, ineficazes onde não faltam os famosos globos que são do mais irracional que há em termos de iluminação pública, de desperdício e de ofuscamento. Em Pilotos mais à frente também outra nova urbanização com as iluminárias antigas.----- Na Quinta do Bom Retiro, em Vale Figueira onde há globos junto a janelas. Aquilo é uma intrusão na casa. Se fosse morador lá, não sei se resistia a depois de tentar que me tirasse aquilo de dentro de casa praticamente, não sei se resista a tomar outro tipo de soluções. Portanto, acontece que eu vi numa voltinha, pelo passeio curta de uma hora, ou não chegou a tanto, novas urbanizações com as velhas iluminárias. E portanto Sr^a. Presidente, não sei quando disse, neste momento e já está há algum tempo as novas urbanizações já estão a ter critérios de eficiência, não sei quais são, se puder explicar então por favor quais são e a partir de quando é que poderemos ter de facto essa iluminação pública mais eficaz e mais moderna."-----

6.1.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Gomes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Também aproveitar este ponto da Ordem de Trabalhos para levantar algumas questões, alertar para alguns problemas do nosso Concelho.-----

Queria começar pela Costa de Caparica e chamar a atenção do Executivo não sei que medidas está a tomar e se tem estado a acompanhar este processo, gostaria de ser esclarecido para esse caso que é aquele Complexo do Parque Infantil que é composto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também por um mini-golf, por um circuito de manutenção que está num estado avançado de degradação e que sendo um equipamento importante e necessário para a população da Costa de Caparica se está a ser acompanhado no sentido de detectarem realmente o estado avançadíssimo de degradação. Sobre o mercado ao ar livre da Costa de Caparica, gostaria de apelar a que a Câmara arranjasse mecanismos pedagógicos e sensibilização dos vendedores e arranjar uma forma de se poder evitar que o estado com que fica no final da venda, de sujidade, todas as ruas então em dias ventosos, que se espalha por uma boa parte da Costa de Caparica, arranjar mecanismos para evitar essa sujidade que se espalha pela Costa de Caparica. Por último também sabemos que não existe uma única biblioteca na Costa de Caparica, também gostaria de saber se está a haver mecanismos para implementarem uma biblioteca junto de uma população necessária e já considerável do nosso Concelho. Gostaríamos também de saber sobre o Mercado do levante do Feijó se encontra-se ou não planeado soluções para ultrapassar aquele espaço degradante e falta de condições concretas não só para quem trabalha lá regularmente como também para os próprios almadenses que utilizam aquele mercado para usufruto. Por último sobre algumas questões da Trafaria, já por várias vezes o Bloco de Esquerda as trouxe aqui à Assembleia Municipal, e gostaríamos de as retomar e que têm a ver nomeadamente com toda a zona que é utilizada pelos pescadores. Nomeadamente a Lota que toda a gente sabe e que não se pode menosprezar a importância desta actividade económica no nosso Concelho, a Lota que teve um acréscimo considerável após o fecho da Lota de Lisboa, que não tem condições para albergar o volume de comércio de peixe que neste momento tem. O problema da degradação dos contentores para guarda dos apetrechos de pesca o problema da limpeza da praia de enquadramento todo desta actividade piscatória aqui na Trafaria. E por último também já o levantei sabendo nós que isto também passa pela APL. Em todo o caso gostaríamos de saber como é que está essas conversas com a APL no sentido também do acesso das embarcações que está em fase também avançada de degradação. Por último, lembrar que foi aprovado nesta Assembleia Municipal, na última Assembleia Municipal, eu sei que passou pouco tempo, mas gostaria de informar o Executivo da Câmara que uma Moção apresentada com o Bloco de Esquerda que tinha a ver com as pichagens, que já agora aproveitar dizer que estava bem escrito, mas dizer que foi aprovado nesta Assembleia Municipal uma Moção no sentido de contrariar aquilo que tem sido ultimamente vandalizado no Concelho de Almada esses dizeres pelas ruas, alertar o Executivo que realmente continua a existir e todos os dias vai crescendo inclusivé o Fórum Romeu Correia, já tem vários dizeres neofascistas e nazis, e portanto alertar o Executivo de que continua o acréscimo dessa propaganda."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.1.2.5 - A Sr^a. Presidente da Câmara Municipal:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Na medida do possível tentar aqui satisfazer algumas questões que foram colocadas.-----
Portanto, é feita uma pergunta relativamente à questão das telecomunicações, eu penso que é realmente uma questão que tem que preocupar qualquer administração de qualquer empresa ou de entidade pública, porque os custos das telecomunicações com a própria utilização massissa dos telemóveis passou a representar uma factura de um valor extraordinariamente elevado. E portanto, nomeadamente esta questão, estando também no centro das nossas preocupações, levou a que os serviços fizessem toda uma avaliação relativamente ao sistema de telecomunicações da Câmara, e lembro aqui que a Câmara tem dezenas de edifícios também dispersos pelo Concelho e por outro lado também com o Almada Cidade Digital nós construímos a Estrada Digital do Município, portanto é preciso equacionar todo este conjunto de questões, de problemas e potencialidades de possibilidades que as próprias empresas fornecedoras deste tipo de serviço, também já possuem, de modo naturalmente a que possamos utilizar as respostas mais adequadas e as soluções mais adequadas e também que nos permitam melhores resultados do ponto de vista financeiro, para este tipo de questões. Daí o facto de estar aqui feita esta referência portanto, em que se diz que está lançado um caderno de encargos, para um processo de concurso que há-de ser lançado. O caderno de encargos foi elaborado, é uma matéria que é conduzida pelo Departamento de Administração Geral e Finanças, não tenho neste momento informação última sobre o ponto em que se encontra. Mas a preocupação é exactamente essa, reduzir a factura, racionalizar a utilização sem prejudicar obviamente o funcionamento e a utilização por parte dos trabalhadores e utilizar portanto tanto quanto possível a estrada digital do município também neste quadro. Há uma questão colocada relativamente às Matas de Santo António, há um trabalho em curso, no sentido de podermos contribuir para que aquela zona não fique bloqueada, um realojamento transitório de modo a que o processo nomeadamente o Jardim Urbano que é o projecto que mais rapidamente poderá estar no terreno, portanto é dos primeiros planos que aprovamos e que foram ratificados. O projecto está em elaboração, mas não pode ser concretizada a construção do Jardim Urbano sem que sejam de lá retiradas as barracas. E portanto nós entendemos dever também cooperar de modo a que esta situação pudesse ser ultrapassada, este problema poder ser ultrapassado. Tive diálogos com o próprio Presidente da Junta de Freguesia sobre esta matéria, e portanto este processo está nas mãos do Vereador Hernani Magalhães, com os serviços municipais e também com as instituições locais, para que haja um acompanhamento a este processo, quer as instituições da zona onde as pessoas vivem,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quer as instituições da área de realojamento. Mas como digo são situações de realojamento transitório, depois temos que ver no quadro do próprio programa Polis como é que todas estas situações ficarão resolvidas em definitivo. Mas acho que o importante é exactamente isto, é preciso que haja uma cooperação de facto para que o Programa Polis possa ser concretizado, não haja atrasos que se possam evitar, e é nesse espírito que naturalmente estamos a trabalhar e a cooperar. Também em relação à conservação do parque habitacional pelos proprietários. Neste momento há todo um trabalho em curso, mais dirigido, há um trabalho muito amplo que está em preparação, mas e que começa por uma sensibilização também aos próprios proprietários e a divulgação de um conjunto de obrigações. Mas há um trabalho mais específico que está em curso e que começou pelo levantamento das áreas atravessadas pelo Metro Sul do Tejo, portanto em todos os corredores de passagem do Metro pretende-se fazer um trabalho mais dirigido aos próprios proprietários aos condomínios, etc.. Portanto, em termos gerais do Concelho é uma questão que está a ser tratada, é preciso obviamente que cada vez mais os proprietários assumam as suas responsabilidades. Nós sabemos que com a constituição das propriedades horizontais, dos condomínios, esta situação passou a ser muito mais difícil, porque sendo certo que quando o prédio era só de um proprietário também não quer dizer que não haja um certo abandono e uma certa falta de cuidado na sua conservação. Mas a situação ainda se agravou mais com esta nova realidade dos condomínios, porque também sabemos que há situações em que alguns condomínios querem fazer a conservação dos edifícios e há uma parte que não quer e depois isto gera dificuldades para as próprias administrações e a conservação dos imóveis não se faz e a imagem urbana deteriora-se, e portanto há um trabalho em curso que tem estes dois sentidos. Um sentido amplo com esta preocupação também dos proprietários individuais mas também dos condomínios em particular, e relativamente ao espaço canal do Metro Sul do Tejo. Depois relativamente à questão dos topónimos, nós não estamos esquecidos. Em relação ao topónimo Francisco Sá Carneiro já foi identificada uma possibilidade, mas nós consideramos que não era adequada a solução. Também não nascem a todo o momento arruamentos às urbanizações, mas é preciso também ter algum critério e ter algum cuidado na selecção dos arruamentos onde se pretende atribuir determinados topónimos. Eu tenho perfeitamente presente que houve uma hipótese, mas que considerámos que não era uma hipótese adequada. Não está de maneira nenhuma esquecido. Aliás também me é feita a pergunta relativamente ao Padre Manuel Isidro, eu não sei se neste momento já está atribuído, não tenho aqui o Vereador Lourenço que me possa ajudar, mas obviamente que não são situações esquecidas porque as propostas que vêm das Juntas de Freguesia quer as que vão da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assembleia, quer de cidadãos individualmente, elas são canalizadas para a nossa divisão de gestão fundiária que tem exactamente como responsabilidade esta área dos topónimos. Resta fazer esse ponto de situação. Depois há aqui a questão dos pombos. Nós também estamos preocupados com esta questão. É um assunto que não está descuidado, estava a trocar impressões aqui com o Vereador Gonçalves que é de facto ele que tem em mãos este assunto e tem esta preocupação. Não é uma questão simples, há várias formas de intervir, obviamente sem entrar no matar dos animais, mas há algumas formas, só que não são lineares, porque as pessoas também dão comida aos animais e podia haver aqui a ideia de que através de um cereal que fosse, reduzisse a fertilização, que se poderia diminuir o número e por aí fora. Ao nível dos serviços é um assunto que têm em mãos e que estão a tratar, e a tratar com preocupação, porque de facto esta população já é substancial e a continuar a multiplicar-se os problemas agravam-se e portanto temos que atenuar. É um problema das Cidades que têm estas comunidades, mas que temos que ver como conseguimos intervir. A questão dos elevadores. Eu gostava de dar aqui o exemplo da minha, se calhar cada um de vocês também têm a mesma situação, eu moro num prédio há trinta e oito anos e nunca teve uma inspecção e tem um elevador. Entretanto isto era uma responsabilidade da Direcção Geral de Indústria e Energia e que assim por via administrativa passou para as Câmaras Municipais, e passou para as Câmaras Municipais responsabilizando os Presidentes de Câmara por qualquer acidente que haja em qualquer elevador, isto é absolutamente incrível como se tomam decisões e legisla desta maneira. Bom o que é que entretanto foi feito e também obviamente com a própria participação da Associação Nacional dos Municípios que se envolveu neste processo, a própria Direcção Geral de Indústria e Energia. As Câmaras Municipais passaram a contratar um leque de empresas que já trabalhavam supostamente para a Direcção Geral de Indústria e Energia, só que ninguém as via, e portanto a possibilidade de esse conjunto de empresas, isto foi quase de um dia para o outro porque os processos passaram a cair nas Câmaras Municipais de um dia para o outro, não são só as situações novas, são também as situações antigas.----- E portanto foi preciso encontrar exactamente uma forma, porque as Câmaras Municipais não têm técnicos municipais nestes domínios e também não os podem arranjar de um momento para o outro. E então foi feita exactamente a contratação, portanto fizeram-se contratos com essas empresas que já funcionavam com a Direcção Geral de Indústria e Energia. Claro que a partir de agora há outros olhos, e como há outros olhos naturalmente que as acções passaram a verificar-se, agora começam a ter a factura, e ao receberem a factura obviamente que é mais uma despesa, uma despesa nova. Eu suponho, alguém dizia no outro dia, neste momento não sei exactamente o valor mas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

alguém referia duzentos euros por ano, alguém fazia esta referência, portanto não tenho este dado apurado, mas se isto servir para as pessoas estarem seguras, eu acho que num prédio por ano pagar-se, eu penso no meu prédio por ano pagar todo o condomínio quarenta contos para andarmos em segurança no elevador acho que é adequado. Nós é que não sabíamos em que situação andávamos todos nós. Este é o preço que é pago à empresa, portanto a empresa cobra os seus honorários e aquilo que é cobrado às administrações dos condomínios é o que a empresa recebe. Relativamente à questão dos ecopontos, há aqui uma questão que eu queria referir ao Sr. Deputado. De facto a questão da reciclagem é a AMARSUL, a AMARSUL não tem ecopontos enterrados, nós temos os nossos contentores, e estamos a diversificar os modelos ao nível dos contentores para o lixo. Temos novos modelos nomeadamente os associados ao Metro, mas vamos começar a instalar na zona do novo Teatro, está a decorrer, ou vai decorrer toda uma operação de intervenção naquela zona e vão-se alterar os equipamentos de deposição dos resíduos sólidos urbanos e é já com o novo modelo enterrado. Gostava de dar aqui uma nota que o Vereador Gonçalves me estava a referir, é que nós somos do conjunto dos municípios servidos pela AMARSUL, que em 2004 teve maior acréscimo de reciclagem. Nós temos um acréscimo de trinta e dois quilos habitante/ano, eu acho que é de saudar a nossa população que começa a ter cada vez mais hábitos de separar o lixo e de utilizar os ecopontos e de contribuir para a reciclagem cada vez em maior escala. Depois a iluminação. Gostava de dizer ao Sr. Deputado que de facto tudo o que ele disse é verdadeiro, só que, o que é que nós temos? Quando nós aprovamos um loteamento, um Alvará, o urbanizador já tem o seu título, já tem os seus direitos, e não é no dia seguinte que a urbanização se vê. Agora os que entraram a partir da decisão da Câmara sobre a iluminação passaram a ser obrigados a seguirem os modelos definidos pela Câmara Municipal, ao nível do projecto das infra-estruturas. Portanto, o loteamento tem o seu tempo, depois do loteamento aprovado entramos no processo das infra-estruturas, é aí que os promotores devem apresentar já os modelos de candeeiros, etc., e depois passa ao Alvará, e obviamente o Alvará é consequência dos dois projectos. Mas gostava de lhe dizer que sempre que por exemplo a Aldeia dos Capuchos. A Aldeia dos Capuchos eu procurei sensibilizar o próprio promotor porque de facto é um empreendimento de grande qualidade e é verdade, quem passa percebe. E portanto é um projecto que também tem a sua vertente turística, e sensibilizar para mudar os candeeiros, neste momento nós entendemos em conjunto e estamos a tratar deste assunto, e penso que vai ser possível os próprios proprietários, administradores, consideraram que de facto era absolutamente pertinente que esta questão fosse equacionada e se possível fosse resolvida. Achei interessante que isto já estava no âmbito familiar dos administradores



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

da empresa, ou seja, também a família que passava por ali achava que aquilo não era o mais interessante tendo em conta o que se pretendia para o empreendimento. Tive uma reunião há pouquíssimo tempo, a semana passada e penso que vamos ter condições, assim espero e assim desejamos porque também custa dinheiro e depois é preciso que aqueles candeeiros sejam colocados nalgum outro sítio, e portanto numa via de circulação enfim, uma estrada talvez seja possível e vamos ver se conseguimos ali fazer isso. Mas é natural o que coloca. Entre o momento da aprovação do Loteamento e do Alvará e a decisão da Câmara sobre a iluminação as pessoas já têm direitos adquiridos, embora os serviços tenham sido também orientados no sentido de dialogar com os promotores para tentarmos ver se nalgumas situações ainda era possível, mas tem que ser por convencimento porque as pessoas já têm direitos adquiridos e portanto não pode ser por determinação municipal. É isto que eu queria acrescentar.-----

Depois, em relação às questões colocadas relativamente à Costa de Caparica certamente que o Sr. Presidente da Junta terá todo o gosto em esclarecer o Sr. Deputado, porque se trata de um equipamento da própria Freguesia, e em relação ao Mercado do Levante eu gostava de dizer que vai ser feita uma intervenção no sentido de dar outra imagem àquele Mercado enquanto a solução definitiva não se concretiza. Mas há uma intervenção que está em curso o respectivo processo, já está estudada e aquela imagem, aquela realidade vai mudar no sentido da qualidade, da estética, etc.. Não é a solução definitiva, porque essa tem que passar por outro tipo de medidas e isso está a ser tratado num contexto mais alargado relativamente ao conjunto dos mercados municipais. Portanto, não é simples, mas o objectivo é que haja uma solução que não passa por aquele sítio e por aquele modelo. Vamos ver onde vamos chegar. Porque não basta passar para outro sítio, é preciso equacionar muito do que ali está e encontrar a forma mais adequada no contexto do abastecimento. Depois há aqui um conjunto colocado relativamente à Trafaria, a nós também nos preocupa o facto de haver uma área de jurisdição de outras entidades e haver um certo divórcio de responsabilidades das entidades relativamente às suas áreas de jurisdição. É uma constante, isto é aqui e é em todo o lado, há pouco falávamos nos elevadores, portanto quem olhos não vê, coração não sente. E portanto esta situação é muito frequente. Há com alguma periodicidade de limpeza da praia mas a praia pode ser limpa no momento e no momento seguinte vem a maré e traz mais lixo. Bom, mas não é por isso que se deve deixar de limpar, é preciso continuar a limpar. E isso tem que ser feito na medida do possível e com alguma regularidade. Depois há aqui uma questão que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já referiu e que tem a ver exactamente com o estudo de enquadramento estratégico em que se está a trabalhar para a costa da Trafaria, assim referido. E há um conjunto amplo de situações que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também têm que passar por aí. Portanto o equacionar a zona Ribeirinha mas também a área Atlântica dentro dos limites da Freguesia da Trafaria, vai naturalmente também passar por este processo. Eu gostaria de deixar a nota no sentido de que este processo está a ser acompanhado pelos Deputados Municipais, e é daqueles processos que vale a pena e que é importante serem de facto acompanhados, porque também por um lado se podem dar contributos, pode-se conhecer melhor o que se está a fazer, e também ao mesmo tempo acompanhar os Fóruns de Participação das populações também dá a outra visão, eu acho que isto é muito importante, para mim é muito importante porque estas coisas vão-se construindo e não há modelos importados que se apliquem às realidades que temos e portanto tem que se adaptar cada solução, tem que se construir uma solução para cada realidade e portanto a participação dos técnicos municipais que acontece e dos eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal sempre que possível nas diferentes fases.-----

E depois a participação da população, nós temos os actores locais, temos a Comissão Local de Acompanhamento, temos reuniões de actores locais e depois também temos os fóruns de participação, portanto alargados à população. A nossa participação de eleitos nos fóruns de participação da população também penso ser uma ajuda para nós próprios no sentido de também assimilarmos aquilo que são os pontos de vista os anseios da população local porque aquilo que vier a ser o futuro que viermos a definir para este território, portanto a tal visão para este território, tem que ser o resultado de todo este conjunto de contribuições e muito também das próprias populações da Trafaria. Está em construção, eu acho que estamos no bom caminho e num processo que me parece o mais adequado para podermos intervir nesta realidade e encontrar soluções e motivar actores, porque temos actores que não são só a população e os proprietários, temos outros que são a Administração Central, temos várias entidades da Administração Central que também precisamos de motivar para a visão que viermos a definir para este território, e essa motivação se, se verificar pode ajudar a resolver alguns problemas que estão colocados e que nos preocupa a todos, qual vai ser o futuro desta zona ribeirinha, qual vai ser o futuro relativamente às pescas, etc.. Nós podemos definir e devemos procurar definir o melhor, mas depois precisamos de ter a vontade das entidades que nestas matérias intervêm e têm poder e são determinantes para que haja a concretização efectiva dos sonhos. Portanto, é um pouco por aqui que também as questões que colocou, também passam pelos pescadores e também do envolvimento da APL."-----

6.1.2.6 - O Sr. Deputado Municipal António Neves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

V. Ex^a. chega aqui com metade da informação. V. Ex^a. deveria saber quando se tomou conta da Junta de Freguesia em 1997, o Parque Infantil de Santo António, estava verdadeiramente deteriorado. Ou seja, tinha um concessão que estava completamente de rastos, tinha toda uma estrutura que era um amontoado de ruínas, e que ao longo dos anos veio sendo recuperado. Mais, o Parque Infantil que V. Ex^a. diz que está cada vez mais deteriorado tem seis anos, está perfeitamente dentro das normas exigidas actualmente pela Lei dos Parques Infantis, é inspeccionado todo o ano, mas não nos podemos esquecer que aquele parque nomeadamente no período de Verão é visitado por perto de cinquenta mil pessoas. Mais, deveria também saber ou deveriam tê-lo informado convenientemente, dizendo que é no Inverno que se faz a manutenção nos parques, especialmente um parque com aquelas características, porque além de ser sujeito a vandalismo constante por razões que eu não vou aqui nomear mas que V. Ex^a. também deve saber, é feita a manutenção no período de Inverno como deve calcular porque é no período de Verão em que é de facto utilizado, porque não se pode esquecer também que além de tudo o mais tem um espaço para lazer, onde as pessoas podem desfrutar do seu dia-a-dia, para fazer os seus piqueniques, para fazer os seus convívios familiares e que se têm mantido e todos os anos é reestruturado.-----
Vou-lhe dizer ainda mais, o parque infantil tem dois brinquedos deteriorados, neste momento estão em reparação, que é um baloiço, um cavalinho, que antigamente era um cavalinho hoje em dia é um tronco, e um escorrega, estão em recuperação. Depois posso-lhe dizer também que em relação a tudo o resto V. Ex^a. não está informado mas eu informo-o. É assim, tem uma sala que funciona como oficina de artes que é frequentada por jovens e terceira idade, que funciona todos os dias da semana. Tem uma Associação de escuteiros que está lá instalada, que se faz a manutenção do parque durante o Verão e é responsável pela organização e verificação do que se passa no parque durante a época estival. Tem a funcionar uma Associação de reabilitação para toxicodependentes. Tem a Associação de jogos A21, que são aqueles jogos de bonequinhos de chumbo que também lá tem o seu espaço. Tem também uma sala para a Associação de Moradores/Salvadores que ninguém lhes deu um espaço e nós arranjamos um espaço para eles poderem reunir e poderem organizar. Tem ainda uma biblioteca com três mil volumes, muitos dos livros dados por cidadãos da Costa de Caparica e inclusivamente uma biblioteca itinerante que nos foi oferecida pela Fundação Calouste Gulbenkian. Mais, temos muitos livros cedidos pelo Circulo de Leitores. Mais, funciona desde Junho a Setembro, todos os dias desde as dez horas da manhã às cinco da tarde. Vou-lhe dizer mais ainda, em relação ao Parque Infantil hoje a concessão, o Sr. pode lá ir ver a concessão está perfeitamente delimitada e perfeitamente em condições de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

funcionamento. Ainda lhe digo mais, a maior parte das camionetas que vão com crianças durante a época balnear para as praias da Costa de Caparica, fazem do Parque de Santo António o seu poiso de descanso e para alimentação dos pequenos.-----
Quanto ao Mercado do Levante, há vinte e cinco anos que lá está por decisão desta Assembleia Municipal, há vinte e cinco anos que há sacos de compras a voar pelo ar. E muitos camaradas seus e camaradas suas vão lá abastecer-se, se calhar a minha mulher também lá vai, como toda a gente lá vai. E portanto desde que existe que existe sacos pelo ar. Agora temos estado, porque também é uma coisa que eu há seis ou sete anos quero que se acabe e que a Câmara também não gosta de ver, ninguém gosta de ver aquilo, até que foi uma herança que nós herdamos dos anteriores executivos. Fizeram a exploração daquele espaço colocando mais bancas do que aquilo que estava estabelecido por esta Assembleia, estavam estabelecidos quarenta espaços para venda naquele mercado do levante e hoje temos setenta e tal. Portanto, aquilo que alí está, nós andamos a tentar e vamos ter uma reunião na próxima semana com a CostaPolis, porque aquilo está já no espaço da CostaPolis, portanto terá que ser a CostaPolis a decidir o que é que quer daquilo alí, porque ninguém está de acordo com aquilo, é um mau cartão de visita, está no sítio nobre da Costa de Caparica, mas estão lá e lamento que só ao fim de quatro anos, porque normalmente ao fim de quatro anos nós damos sempre conta de algumas coisas que existem não é, pronto porque normalmente chega-se a Dezembro ou chega a Outubro este ano, e depois temos que ir pôr uns papelitos e a gente lembra-se dessas coisas. Mas já devia ter dito isso, sabe quando? Na primeira Sessão desta Assembleia Municipal, logo imediatamente a seguir às eleições, ou seja, na primeira Sessão de 2001/2002 deveria ter chamado atenção para isso. Vou terminar só para lhe dizer uma coisa, convido-o a ir comigo ao Parque de Santo António e ver o que de bom se lá faz. E para lhe mostrar a tal degradação que lá diz que existe."-----

6.1.2.7 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Gouveia Pinto:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
É só para esclarecer a minha intervenção sobre a questão dos elevadores.-----
Eu não disse de maneira nenhuma que a actividade inspectiva dos elevadores que era uma coisa má, até disse pelo contrário, há trinta e dois anos que o meu prédio não era inspeccionado. Agora a questão é a seguinte: nós temos e eu falo pelo meu prédio porque num pequeno inquérito que fiz junto de amigos, conhecidos e vizinhos, aparentemente fomos os que tivemos a factura mais baixa. E portanto, o que acontece é o seguinte: nós temos uma empresa que desde que o prédio é habitado, faz a manutenção permanente dos elevadores, que é uma factura bastante pesada, levam bastante dinheiro. Depois vem a inspecção e passa-lhes uma factura de mais de dez mil



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

euros que foi o custo da reparação e dá-lhes um prazo que se não cumpríssemos esse prazo tínhamos uma multa em cima. Ora bem, a seguir diz-me que são mais duzentos euros para a empresa que fiscaliza e a outra que faz a reparação permanente. Quer dizer a coisa começa a tornar-se uma fatia em cima da outra, e eu sei de prédios onde não havia capacidade por parte do condomínio ou porque as pessoas não tinham mesmo posses para isso, ou porque o condomínio funcionava mal ou por outra razão qualquer que não puderam pagar os elevadores. E o resultado é que estão a pagar coimas. E portanto, no fim de contas ao passar umas facturas tão elevadas, aquilo que na prática se está a fazer é desincentivar as pessoas a fazer as obras. Possivelmente uma factura mais baixa ou dando esquemas das pessoas pagarem a prestações ou de outra forma qualquer, talvez fosse uma forma de incentivar de facto as pessoas a fazerem a manutenção. Porque a Segurança é um bem inestimável, ninguém discute isso."-----

6.1.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Luís Gomes: -----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais; -----
Gostaria de começar por lamentar a forma como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia abordou a minha intervenção e as preocupações que o Bloco de Esquerda tem sobre as questões aqui levantadas. Felizmente eu não tenho quarenta e tal anos de vivência na Costa de Caparica, por menos para ter o comportamento que o Sr. Presidente teve agora na resposta às preocupações levantadas pelo Bloco de Esquerda, ainda bem que eu não tenho quarenta e tal anos de vivência na Costa de Caparica, sabe porquê? Porque eu sou de uma geração que partilha as preocupações e sabe aceitar as críticas e as sugestões que vêm de outro lado, coisa que pelo que parece da sua parte, porque eu facilmente podia recorrer aqui e não recorri por exemplo, veio da sua bancada na última Assembleia Municipal, pelos vistos também andaram quatro anos à espera e à procura porque nós todas as Assembleias Municipais, todas, todas, apresentamos Moções nesta Assembleia Municipal, pelos vistos ao fim de quatro anos tentaram encontrar um erro ortográfico, como se isso fosse uma argumentação política. Infelizmente não tiveram a dignidade de vir aqui dizer que afinal o suposto erro ortográfico afinal não existia. E portanto como também facilmente eu poderia aqui vir dizer que o Bloco de Esquerda quando se candidatou pela primeira vez aos órgãos autárquicos do Concelho de Almada, pediu uma reunião com todos os Presidentes de Freguesias e respectivos executivos deste Concelho, e sabe qual foi o único que não nos respondeu e que não nos recebeu? Foi precisamente o Sr. Presidente. Portanto, as suas preocupações e as suas indignações, começam por aqui. Não teve a hombridade de receber e foi o único Presidente de Junta de Freguesia deste Concelho que não recebeu o Bloco de Esquerda. Portanto, sobre as questões que nos levanta aqui, e os motivos que nos trouxeram aqui são preocupações e alertas, se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

interpreta isso como segundas justificações fica para si, é verdade que isto acontece, é verdade que eu terei todo o prazer em visitar a Mata de Santo António, fui lá nas últimas eleições e terei todo o gosto em lá voltar com o Sr. Presidente, não terei problemas nenhuns nesse sentido, mas aos poucos foi dizendo que afinal havia dois brinquedos, havia isto, havia aquilo. Há aqui um alerta se não quiser aceitar o alerta não aceita. Já agora, sobre a biblioteca, uma biblioteca que funciona de Junho a Setembro quando temos uma população que temos na Freguesia da Costa de Caparica, eu acho que é um bocado limitado. Eu não estou aqui a acusar nem o Executivo, nem o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica para o facto de não existir, há aqui um alerta para sensibilizar para este facto, agora se não quiser interpretar assim, interprete como o considerar. Sobre o meu abanar de cabeça, sobre que os meus camaradas também frequentam o Mercado do Levante da Costa de Caparica, provavelmente com muito gosto e não está aqui em causa o Mercado e não está aqui em causa, e eu nunca o disse e portanto não ponha isso nas minhas palavras, nunca o disse, a única preocupação que eu manifestei aqui nesta Assembleia Municipal, foi única e exclusivamente com o lixo que você assumiu também na sua intervenção que dá um ar degradante, portanto há aqui uma preocupação no sentido de tentar procurar mecanismos para evitar que aquilo aconteça, ou isso não é possível? Eu acho que é possível, que todos nós partilhemos estas preocupações e procuramos todos juntamente soluções para melhorar o nosso Concelho e as nossas Freguesias. E eu lamento que tenha tido essa reacção e não tenha aceite os contributos do Bloco de Esquerda."-----

6.1.2.9 - O Sr. Deputado Municipal António Neves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
O que eu comecei por dizer é que V. Ex^a. vinha mal informado, e depois tratei-o com toda a educação, levantei-lhe uma série de questões e informei-o de uma série de questões. A minha maneira de falar é esta portanto nunca faltei ao respeito a ninguém, nunca tratei mal ninguém, e mais, lições de democracia e lições de liberdade não recebo de ninguém, porque se há alguém dentro desta Assembleia Municipal que pode gritar bem alto, tem uma liberdade e uma independência de intervir, actuar e decidir como quer e lhe apetece, sou eu. Muitas vezes contra as decisões do meu próprio partido. Não faço disso bandeira. Faço isso como forma de estar na vida e como pessoa que sou. E hei-de ser assim até ao fim da minha vida que se calhar até poderá ser muito curta. Mas não tenha problemas, aí lições de democracia não recebo de ninguém."-----

6.1.2.10 - A Sr^a. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Apenas algumas notas que entretanto me ocorreram pelas intervenções e uma outra que ultrapassei há pouco. Portanto, a questão das pinturas nas paredes ou da pichagens nas paredes, nós continuamos com essa questão presente, e o Sr. Vereador Gonçalves que tem toda a parte dos equipamentos colectivos onde estão os trabalhadores que pintam, conservam, etc., tem essa questão tratada e na medida em que aparecem essas situações vamos eliminando fazendo a pintura das paredes. Portanto qualquer situação nova que nos é transmitida é bem vinda porque procuraremos também transmiti-la para os serviços de modo a que intervenham. Depois queria deixar uma nota sobre o Parque de Santo António é desde sempre da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, o Sr. Presidente deixou aqui a nota e bem, que há seis anos era uma degradação absoluta é verdade, e que desde que ele entrou na Junta de Freguesia ele e a Junta tiveram uma intervenção diferente e no sentido de qualificar, conservar, alargar o âmbito de respostas a partir daquele Parque à população. No entanto também gostava de deixar a nota, eu penso que há pouco referi a propósito do realojamento, mas agora exactamente a propósito do Parque de Santo António, deixava a nota que tenho ideia que até ao final do ano teremos o projecto, pelo menos é essa a programação que está mais ou menos equacionada, e durante o próximo ano a obra no chamado Jardim Urbano, vamos ver. É um pouco esta a perspectiva que temos e penso que teremos ali um Jardim Urbano com um bom projecto e uma boa resposta à população da Costa e também à população que procura a Costa. Depois eu gostava em relação a esta questão dos elevadores, porque é uma questão nova e porque toda a atenção é pouca e eu gostava de pedir ao Sr. Deputado Gouveia Pinto se puder, se quiser obviamente, que me possa facultar o seu caso, porque nós precisamos de perceber, portanto, se há uma vistoria técnica, se dessa vistoria técnica decorre um conjunto de imposições para que haja conservação no elevador, temos que perceber quem faz. Se vocês têm uma, se tem um contrato de assistência é a empresa que fez a vistoria que faz a conservação, precisamos de perceber isso. Acho que é uma questão importante que não pode ser menosprezada, é nova e como situação nova que é, nós não podemos fazer o que os outros fizeram que é fechar os olhos. Precisamos de perceber muito bem como é que este assunto está a ser tratado, e toda a ajuda é importante. Portanto fico também a aguardar que me possam ajudar no sentido de podermos avaliar e se fôr necessário intervir. É isto que posso dizer não posso dizer mais nada."-----

6.1.2.11 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É só um esclarecimento relativamente à questão dos ecopontos. Sr^a. Presidente como sabe a Assembleia... (interrupção na gravação) ...modelos de ecopontos enterrados. Ele respondeu que sim e que a escolha era feita pelos municípios. É esta informação que eu tenho, é dada por um elemento da Administração da AMARSUL, foi essa a versão que eu trouxe a esta Assembleia."-----

- 6.1.2.12 - A Sr^a. Presidente da Câmara Municipal:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
De facto o Sr. Vereador José Gonçalves participa nas Assembleias Gerais da AMARSUL, acompanha com toda a regularidade, temos o documento último da AMARSUL, não conhecemos, mas podemos perguntar também à AMARSUL, portanto se houve um Administrador que disse isso, é do interesse dos Municípios saberem se isso corresponde, ou se é um engano e se o Sr. está a fazer confusão, vamos ver, vamos confirmar. Vamos esclarecer. Eu acho que é isso que podemos dizer aqui, é fazer um contacto com a Administração da AMARSUL e perguntar se há ou não há ecopontos enterrados?"-----
- 7 - Não havendo mais pedidos de palavra e considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal decidiu interromper os trabalhos.-----
- 8 - Foi verificada a presença do Jornalista Sr. José Augusto (Câmara Municipal) e de quarenta e nove Srs. Municípes.-----
- 9 - Pelo Executivo Municipal estiveram presentes a Presidente Exm^a. Sr^a. Maria Emília de Sousa e os Srs. Vereadores Exm^{os}. Srs. Henrique Carreiras; José Gonçalves; Hernani Magalhães.-----
- 10 - Entretanto foi requerido a aprovação da Minuta da Acta e após verificação do quorum procedeu-se à votação sendo aprovado por unanimidade.-----
- 10.1 - Procedeu-se assim à leitura da Minuta da Acta e após verificação do quorum procedeu-se à votação sendo aprovada por unanimidade.-----
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 00H35 do dia 28 de Abril de 2005.-
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta que vai ser subscrita pelos Secretários e assinada pelo Presidente.-----

O PRESIDENTE_____

O 1º SECRETÁRIO_____

O 2º SECRETÁRIO_____